

----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALVALADE
REALIZADA NO DIA DOZE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS-----

----- ATA NÚMERO VINTE-----

----- (Mandato 2021-2025)-----

----- Aos doze dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três reuniu, no Auditório sito na Rua Conde de Arnoso número cinco-B, Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, sob a presidência do seu Presidente, José Luis de Rezende Moreira da Silva, coadjuvado por Teresa Alexandra de Campos Aguiar Gameiro, Primeira Secretária.-----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes
Membros:-----

----- **Do Partido Socialista (PS)** – José Pedro Pires Ferreira, José Alberto da Conceição Reis, Vanessa Ferreira Magalhães Rebelo de Sousa e António Diogo Carvalho Gongó Carvalheda.-----

----- **Do Partido Social Democrata (PSD)** – Miguel Ângelo Ribeiro Henriques, Ana Raquel da Silva Vidreiro Nogueira Pelicano e Noélia do Carmo Sezões Gafanha.-----

----- **Do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP)** – Filipe Bento Damasceno Monteiro Moreno e Carlos Roque do Rosário Rêgo.-----

----- **Da Coligação Democrática Unitária (CDU)** – Sérgio Machado Morais de Oliveira e Aquino José Mário de Noronha.-----

----- **Da Iniciativa Liberal (IL)** - Manuel Aires de Matos Almeida dos Santos.-----

----- **Do Movimento “Mudar Alvalade” (MMA)** – Teresa Margarida Lucas Claro Antunes Ferreira.-----

----- **Do Partido “Chega” (Chega)** - José Augusto Vaz.-----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros:-----

----- Maria Regina da Costa Moreira Lagoá de Araújo Santos, que justificou a sua ausência e foi substituída por Noélia Gafanha.-----

----- Margarida Alexandre do Nascimento Afonso, que justificou a sua ausência e foi substituída por David Filipe dos Santos Pinto, que não compareceu.-----

----- Mário Joaquim Gomes Branco, que justificou a sua ausência e foi substituído por Venessa de Sousa.-----

----- Rita Amélia de Freitas Cavaleiro Madeira, que justificou a sua ausência e foi substituída por António Carvalheda.-----

----- Frederico Jorge de Passos e Castro Fernandes Lira, que justificou a sua ausência e foi substituído por Aquino de Noronha.-----

----- Nuno Manuel Pires Caiola Marçal Lopes, que justificou a sua ausência e foi substituído por Teresa Ferreira.-----

----- Susana Maria Soares Paulo.-----

----- José Leonardo Baptista Rodrigues.-----

----- Às vinte e uma horas, constatada a existência de *quórum*, **o Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia, constatando haver uma inscrição de um Freguês, deu-lhe a palavra no

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

----- **Freguesa Regina de Morais** fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Sou eu outra vez e a questão aqui é muito simples, a Câmara Municipal de Lisboa disponibiliza 50 e tal milhões de euros para as Juntas, a Alvalade calhou 3 milhões e tal e os moradores aqui não sabem para onde é que vai o dinheiro. Isto é, os projetos que foram apresentados não são do conhecimento da população, nem lhes reconhecemos qualquer prioridade.*-----

----- Aliás, há um projeto relativamente à Praça de Alvalade e Avenida de Roma, eixo central da Avenida de Roma, que é um projeto de 2016, um projeto velho e que nós não compreendemos. Não é uma prioridade a Avenida de Roma, nem sequer a Praça de Alvalade. Aliás, este projeto vem no decurso de obras que tinham sido feitas após cinco anos. -----

----- Portanto, eu gostava que me explicassem, porque é que vai-se aplicar dinheiro num projeto de 2016, a época áurea do tutti-frutti e alguns negócios ilícitos, incluindo a destruição dos logradouros verdes, como é que isto aparece de repente como uma prioridade para Alvalade. -----

----- Outra pergunta que eu quero deixar aqui bem clara é se ela pressupõe uma ciclovia ou não. -----

----- A segunda questão tem a ver com o facto de eu não perceber porque é que um projeto cidadão, de cidadania, da requalificação dos jardins frontais dos prédios no Bairro das Caixas... eu tive uma reunião com o Vereador responsável, que me foi dito que sim, a requalificação dos jardins frontais dos prédios faz sentido, porque aquilo está uma vergonha. Não é oneroso, porque se tratava efetivamente do Bairros das Caixas e, portanto, corresponde a uma célula. -----

----- Me foi dito também que seria um projeto piloto e, quem sabe, incentivar para que essa requalificação desses jardins frontais acontecesse em todo o Bairro de Alvalade. --

----- O bairro Faria da Costa já há muitos anos que deveria ser património da cidade. Não é porque os Senhores não fazem nada por isso. -----

----- Outra situação, eu não percebo como é que de repente eu estive num debate há poucos dias sobre o futuro de Alvalade, na biblioteca dos Coruchéus e de repente ninguém sabia que está planeado para os Coruchéus um centro geriátrico-infantil. A população não sabe, o que é que se passa? -----

----- Outra questão tem a ver... são muitas coisas, eu peço desculpa, mas dinheiro mal gasto começa a ser difícil para nós. É a questão do teatro do bairro, que é uma coisa da Câmara Municipal de Lisboa e que tem a ver com prover cada bairro com teatro. ---

----- Isto é da igreja? Alvalade vai pagar obras na igreja? Foi feito algum estudo? Foram ver por exemplo a Casa de Tomar? Que até gostaria de albergar o teatro. Foram ao Maria Matos? Foram ao Hospital Júlio de Matos? São instalações incríveis, isto já para não falar no LNEC, que tem duas salas novas feitas por designers com uma arquitetura incrível. -----

----- O quê? Para a igreja? A igreja tem personalidade, tem ajudado imenso as pessoas, não precisa de obrinhas lá no anfiteatro. -----

----- Outra coisa grave para mim é o que é que é o bairro digital, o bairro comercial digital. É porque eu já fui à Assembleia Municipal de Lisboa e ninguém me soube responder. Porque para mim, como economista, uma pessoa quando tem um projeto tem que avaliar quais são os benefícios sociais disto e os custos sociais disto. Quais são os benefícios para os comerciantes? Quais são os benefícios para as pessoas que vivem em Alvalade? Que giro agora há um mupi, daqueles mupis, eu até sei onde é que é a mercearia da dona Joana. Mas vamos lá ao mupi e faço assim: dona Joana olha o caminho é este. “Ai não, mas é melhor, a EMEL provide-me se eu tenho lá ou não o lugarzinho para estacionar, pagando uma taxinha à EMEL”. -----

----- Isto é bom para quê para os comerciantes? Para quê? Para mandarem escravos do Bangladesh levar comida às pessoas? -----

----- Nós não vendemos comida, nós temos boas lojas, temos uma área comercial enorme que pergunto novamente, já resolveram a situação do estacionamento ser apenas exclusiva a moradores e os tubos de escape voltados para as esplanadas? Os comerciantes beneficiam com o quê? A EMEL beneficia com o quê? Os moradores e

Alvalade... os Senhores não fazem perguntas? Os Senhores que estão deputados, ou não se chamam assim aqui, não questionam? E quanto dinheiro é que os Senhores querem afetar a isto? Não perguntam quem é a empresa? Olhe, nos logradouros foi a do Vale Azevedo. Tinha uma cena em tribunal e continua a ter. -----

----- Os Senhores não perguntam, estão aqui a fazer o quê? A fiscalizar o quê? Os Senhores têm acesso aos projetos antes ou não? O que é que andamos aqui a fazer? São 3 milhões. -----

----- O nosso problema em Alvalade são dois, o estacionamento há 40 anos. Estes 3 milhões mais os 2 milhões para o Bulldog Stadium já dava para fazer um parque de estacionamento. -----

----- Como é que está esta questão do Clube de Rugby? Eu fiz uma queixa, ia-se fazer uma comissão contra a corrupção e a prevenção da corrupção. Feedback? Os Senhores pertencem a essa comissão, quais foram as queixas apresentadas? Eu não recebi até hoje nada. Portanto, meus Senhores, quando há projetos que se apresentam é preciso saber o que é que se pretende com eles. -----

----- Quem é que é beneficiado? Quais são os custos disto? Porque 1 milhão, 500 euros, 50 euros, têm um custo de oportunidade. Quando se investiu 2 milhões e meio num estádio de rugby privado...” -----

*----- **O Senhor Presidente da Assembleia** questionou a Freguesa se era uma pergunta.*

*----- **Freguesa Regina de Morais:** -----*

----- “Não, é uma resposta que eu já dei. É preciso saber quais foram os custos de oportunidade disto, o que é que nós perdemos. -----

----- Outro assunto, para além dos parques de estacionamento e toda a gente sabe e Lisboa sabe, o nosso problema é os espaços verdes e os Senhores continuam a contratar uma empresa que não emprega jardineiros. Os senhores continuam a contratar uma empresa anos seguidos, que muda de nome, que não emprega jardineiros.” -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta. -----

*----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que queria responder a algumas questões e repor os factos que eram importantes, não eram opiniões. -----*

----- Quanto ao projeto de um centro geriátrico-infantil nos Coruchéus, a designação era da Freguesa, recordava que a Junta de Freguesia fez um inquérito a todos os residentes e que depois divulgou os resultados na Assembleia de Freguesia. Os residentes participaram e pronunciaram-se. Podia enviar o relatório e os resultados do inquérito. A decisão baseou-se precisamente na escolha dos residentes. -----

----- Os residentes, que a Senhora dizia não saberem, ou esqueceram-se, ou não a informaram, porque à Junta disseram e tinham os documentos todos... -----

*----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, referindo-se a um aparte, disse que estava a ser respondido e que ninguém a interrompeu enquanto foram feitas as perguntas. Agora a Freguesa tinha de ouvir as respostas e, se continuasse a perturbar os trabalhos, teria que lhe pedir para sair da sala. -----*

*----- **Freguesa Regina de Morais:** -----*

----- “O Senhor não me fala nesse tom.” -----

*----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que falava no tom que tem direito, nos termos da lei, para conduzir a Assembleia, era Presidente da Assembleia e tinha de pôr ordem na mesma. Estava a cumprir a Lei e se a Senhora Regina voltava com estas atitudes arrogantes, nunca mais a inscrevia, porque na verdade, não queria fazer perguntas, porque se quisesse fazer perguntas, ouvia as respostas, mas ficava evidente que não queria ouvir as respostas. -----*

----- Pediu que a Freguesia saísse da sala, a resposta ser-lhe-ia depois dada por escrito. --
----- O Senhor Presidente, constatando não haver mais Fregueses inscritos, deu este período por encerrado e abriu o -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- O Senhor Presidente deu a palavra ao Membro Manuel dos Santos. -----

----- **Membro Manuel dos Santos (IL)** apresentou o seguinte documento:-----

----- **Moção** -----

“----- *Informação, Transparência e Habitação em Alvalade* -----

----- *Como sabemos, Portugal tem uma das mais elevadas taxas de esforço para habitação no orçamento familiar, seja de arrendamento ou de compra, resultado dos baixos rendimentos disponíveis dos agregados familiares combinados com o aumento verificado no preço da habitação e do custo de arrendamento. Este é um problema que se tem acentuado nos últimos anos, dado que o aumento salarial não subiu ao mesmo ritmo que os preços da habitação.*-----

----- *Portugal é hoje alvo de uma enorme carga fiscal num dos bens de mais básica necessidade. Os portugueses são duplamente tributados quando compram casa e pagam o resto da vida impostos pelo facto de serem donos de uma casa onde possam viver. Adquirir, arrendar ou manter uma habitação não pode ser tributado como se de um bem de luxo se tratasse.*-----

----- *Na última década, os custos médios com a habitação subiram pela combinação de dois fatores: procura em máximos históricos (promovida por taxas de juro historicamente baixas) e pela oferta próxima de mínimos registados. Recentemente, e dado o contexto de guerra na Europa, o custo de matérias-primas veio agravar esta situação.*-----

----- *Em Portugal falta não só construção nova, mas também renovação do stock existente. Apenas 33% do atual parque habitacional tem menos de 30 anos. Em Lisboa, este valor ronda os 15%, isto é, 85% do stock foi construído há mais de 30 anos. Segundo dados do INE, Portugal tem cerca de um milhão de edifícios que carecem de reabilitação, dos quais 40% estão em más condições de habitabilidade, devido em grande parte às décadas de congelamento de rendas.*-----

----- *Portugal tem uma carga fiscal sobre o setor da habitação que varia entre os 30% e os 40%, um valor muito elevado que encarece brutalmente o preço das casas. A redução fiscal irá ser benéfica para todos. Ao baixarmos os impostos sobre quem constrói iremos aumentar a oferta e, assim, também baixar os preços a que a habitação está disponível no mercado.*-----

----- *A crise da Habitação é uma triste realidade que afeta cada vez mais a emancipação, autonomia e progresso de todos nós, pelo que é fundamental:*-----

----- *Aumentar a oferta de habitação como forma de promover a baixa dos seus preços e tornar a habitação mais acessível a todos os cidadãos.*-----

----- *Aumentar a transparência na gestão do património do Estado, inventariando as dezenas de milhares de imóveis públicos inutilizados no mercado.*-----

----- *Simplificar a carga fiscal sobre o setor da construção e demais custos de contexto, como forma de impulsionar a oferta e atrair capital de longo-prazo para investimento no mercado de arrendamento.*-----

----- *Criação de um portal unificado com o inventariado detalhado do património imobiliário do Estado.*-----

----- *A Iniciativa Liberal – Alvalade propõe, neste sentido, que a Assembleia de Freguesia de Alvalade, na sua reunião de 12 de setembro de 2023, delibere instar a Câmara Municipal de Lisboa a:*-----

----- 1. Remeter à Assembleia de Freguesia a listagem de todos os edifícios e/ou terrenos municipais que se encontrem cedidos, a qualquer título que seja, a Partidos Políticos, Associações, Fundações, IPSS, ONGs e outras entidades terceiras que se encontrem em território da Junta de Freguesia de Alvalade, sem qualquer georreferenciação para proteção dos referidos imóveis. -----

----- a) Que nessa listagem constem as respetivas condições e finalidade da cedência. --

----- b) Que esta lista esteja publicada na página de internet da Câmara Municipal (e, por inerência, a Junta de Freguesia de Alvalade publicá-la também no seu site oficial), para que a mesma possa estar facilmente acessível a quem a queira consultar. -----

----- Alvalade, 12 de setembro de 2023, -----

----- Manuel Matos dos Santos ----- ”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Moção “Informação, Transparência e Habitação em Alvalade”**, apresentada pela IL, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 14 votos a favor (PSD, CDS-PP, PS, IL, MMA e Chega) e 2 votos contra (CDU) --

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro José Ferreira, para uma declaração de voto. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Dizer que votámos pela parte deliberativa. Não concordamos com alguns considerandos da proposta, mas como votamos a deliberação votámos favoravelmente.” -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Sérgio Oliveira, para uma declaração de voto e a apresentação de uma Moção. -----

----- **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “O problema da habitação é o problema número um da nossa cidade e estes problemas advêm das políticas, que forças como a Iniciativa Liberal defendem, e que, executados pelo Governo ou pela Câmara, têm agravado os problemas. -----

----- A cidade, ao contrário de muitas cidades europeias, não tem praticamente política pública de habitação. Já o teve, e nessa altura estes problemas de habitação foram mitigados, mas atualmente, fruto da opção de entregar tudo ao mercado e à especulação, o que temos é menos casas para habitar e a preços incontroláveis. -----

----- Até mesmo o património municipal, que podia ser utilizado para minorar o problema, criando habitação a custos acessíveis, tem sido alienado e entregue ao capital privado e, como se vê, isso não resolveu nada. -----

----- O aumento das rendas e das prestações bancárias, a subida sistemática dos juros, asfixiam as famílias e empurram-nas para fora da cidade. -----

----- Pretender, como esta moção sugere, que os problemas da habitação seriam resolvidos, acabando com a cedência de imóveis a diversas entidades, é uma falácia, tapar o sol com a peneira, e desviar a atenção das verdadeiras causas da situação atual. -----

----- Ou seja, o mercado da habitação foi entregue, puramente, ao setor privado especulativo e, como se vê, não só não resolveu o problema, como o agravou. Não construiu habitação que as pessoas pudessem pagar, apenas construiu habitação para quem tem mais posses e especulou o mais que pôde. -----

----- O que é necessário é uma política que defenda a habitação, que é um direito constitucional, nomeadamente, uma política de habitação pública a custos acessíveis, promovida pelo governo central e pelas autarquias, ser a banca a suportar com os colossais lucros que tem, o aumento dos juros, e uma política de arrendamento que proteja os arrendatários, para que possam continuar a habitar nesta cidade.” -----

----- Apresentou o seguinte documento: -----

Moção

----- Por uma escola pública que pugne pela cultura integral e inclusiva-----
----- A CDU mantém o seu compromisso de pugnar pelo acesso universal à educação gratuita e de qualidade com vista ao desenvolvimento integral das crianças. -----
----- Neste início do ano letivo, saudamos toda a comunidade educativa, desde os alunos e assistentes operacionais até aos pais e encarregados de educação e aos professores, desejando que encontrem as condições necessárias para atingirem as suas ambições e objetivos. -----
----- Contudo, infelizmente, persistem muitas dúvidas, fruto de opções estratégicas duvidosas e sub-financiamento crónico, quanto à capacidade atual da Escola Pública, em particular das escolas da nossa Freguesia, em garantirem as condições ideais para um desenrolar sem atribulações deste ano letivo.-----
----- São várias e, cada vez mais visíveis, as carências existentes ao nível das escolas existentes no território da Junta de Freguesia de Alvalade. Em várias ocasiões temos sido contactados por e reunido com os seus atores mais diretos, incluindo a direção das escolas, associação de pais e os próprios alunos. Todos descrevem situações que não contribuem para a tranquilidade necessária para os desafios que agora se lhes apresentam. -----
----- A necessidade de realização de obras de manutenção é transversal a todos os estabelecimentos de ensino da Freguesia, uma queixa persistente da comunidade escolar para a qual não existem nem respostas, nem garantias financeiras. Uma demonstração clara do falhanço da descentralização administrativa. A Escola Básica Eugénio dos Santos é um exemplo paradigmático, pois além de carecer de obras urgentes, reconhecidas pelos serviços municipais de Protecção Civil, apresenta um elevado risco sísmico como o atesta um relatório do LNEC. Apesar de tudo isso, sabemos que, mais uma vez, as obras essenciais à segurança da comunidade escolar serão adiadas. Até quando? -----
----- Outro exemplo, é o atraso nas obras na Escola Básica de Santo António, intervenção que a CDU acompanha desde o início, que coloca em risco o desenvolvimento do seu projeto educativo. -----
----- É notório o desinvestimento nas escolas da Freguesia, um reflexo de opções tanto financeiras como estratégicas. -----
----- Quanto ao primeiro ponto, apesar do propalado aumento orçamental para a educação são poucos e pouco visíveis os resultados (não) alcançados. Além do mais, de forma a tentar suprimir a deficiência na execução, fruto de uma falta de planeamento e estratégia plurianual, socorre-se, o Executivo da Junta, de um contrato de delegação de competências para financiar algumas iniciativas, o que tem um efeito adverso adicional por retirar orçamento de outras áreas de intervenção. -----
----- Mas o desinvestimento mais gritante é ao nível da estratégia e acompanhamento dos projetos educativos e de atividades próprias de cada escola. -----
----- Nestes quase dois anos de mandato, é notória a incapacidade do Executivo da Junta de responder às necessidades das escolas. A cedência de transporte para as atividades das escolas, inclusive para as deslocações para o desporto escolar e viagens de finalistas, é praticamente inexistente. A falta de apoio e promoção de atividades que contribuem para o desenvolvimento pleno da cidadania das crianças e alunos é imensa. Este Executivo pura e simplesmente eliminou a celebração do 25 de Abril nas escolas com tudo o que representa para a liberdade e democracia em Portugal, e a promoção do dia da criança, momento maior na demonstração da autonomia e responsabilidade das mesmas no contexto da nossa sociedade.-----

----- Momento claro na falta de planeamento foi a comemoração do natal decorrer em março, não tendo sequer participado todas as escolas, criando-se a sensação de crianças de primeira e segunda. O mesmo se repete nos programas apresentados pelo Executivo. O programa de robótica, apesar do incremento no orçamento não chega a todas as escolas.-----

----- A relação, ou a falta dela, entre as escolas e o Executivo é um dos assuntos que mais críticas ouvimos por parte das direções das escolas. Um voltar de costas que não pode produzir bons resultados. É necessário que o Executivo esteja disponível e responda às solicitações das escolas, sendo um ator ativo na garantia das melhores condições possíveis para o desenvolvimento das nossas crianças e alunos, os beneficiários finais do processo educativo. -----

----- Por tudo isto, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, na sequência da presente proposta, delibera:-----

----- 1. Saudar os professores e as professoras, os profissionais não-docentes, as alunas e os alunos e as suas famílias pelo esforço coletivo para garantir a missão pedagógica e comunitária da Escola Pública; -----

----- 2. Declarar o compromisso desta Freguesia na defesa da Escola Pública e no apoio às reivindicações junto do Ministério da Educação de todos os Agrupamentos de Escolas para enfrentar os desafios de mais um ano letivo;-----

----- 3. Expressar um voto de confiança a toda a Comunidade Escolar da nossa Freguesia, que saberá enfrentar, com determinação e sucesso, os complexos desafios expectáveis no ano letivo de 2023/2024; -----

----- 4. Instar a que a Junta de Freguesia, pugne por um recinto escolar sadio em todas as escolas da Freguesia suprimindo as deficiências presentes no dia a dia das escolas e garantindo o conforto, motivação e a melhor experiência escolar possível a toda a comunidade escolar;-----

----- 5. Requerer que a Junta de Freguesia, mobilize, por todos os meios ao seu dispor, junto da Câmara Municipal de Lisboa e do Ministério da Educação, a atenção e disponibilidade dos seus técnicos, assim como, as verbas necessárias para suprir os custos com as obras urgentes e necessárias de que carecem as escolas da Freguesia;---

----- 6. Solicitar à Junta de Freguesia que atue proativamente na resolução dos problemas apresentados pelas escolas da Freguesia e que garanta a disponibilidade para interagir com todos os atores da comunidade educativa. -----

----- Mais delibera: -----

----- Enviar a presente recomendação ao Ministério da Educação, à Direcção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (Dgeste), às Direcções dos estabelecimentos de ensino público e dos agrupamentos das escolas da Freguesia, a todas as associações de pais e encarregados de educação e associações de estudantes das escolas da Freguesia, à Câmara Municipal de Lisboa e a todos os seus vereadores. -----

----- Lisboa, 12 de Setembro de 2023 -----

----- Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Alvalade ----- ”

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que em relação a esta moção havia uma matéria que não podia estar mais de acordo, que era preocupante e por vezes até próximo de sentir vergonha com as condições de algumas escolas, nomeadamente a Eugénio dos Santos, nomeadamente outra, que não era ali referida e que também o preocupava muito, que era a escola Gago Coutinho. Não era ali referida e não se percebia porquê, para criticar, era bom que se criticasse tudo.-----

----- Havia um programa muito conhecido do Baptista Bastos, “*Onde é que vocês estavam no 25 de Abril?*” Era caso para perguntar onde estava a CDU e o PEV nos oito anos que ali estiveram, porque este problema arrastava-se há imensos anos e era um problema gravíssimo, intolerável já no passado e continuava a ser.-----

----- Como se acabou por dizer, era a Câmara e o Ministério da Educação que tinham o poder para o resolver. A Junta de Freguesia já fez várias reuniões com os responsáveis da educação da Câmara, já vieram técnicos ver, já alertou para o problema, que era conhecido, era do domínio público. As pessoas de Alvalade conheciam-no, em particular, os pais que tinham os seus filhos lá a estudar.-----

----- Foi garantido que havia um programa em curso entre o Ministério da Educação e a Câmara Municipal de Lisboa, um grande concurso para a realização de obras em várias escolas, não só nas de Alvalade, que necessitassem de uma intervenção urgente de requalificação.-----

----- Os poderes públicos atuais, responsáveis da gestão da autarquia, pelo menos em dois anos estavam a fazer mais do que em oito anos no passado, pelo menos isso era um facto.-----

----- Quanto à articulação com as escolas, as direcções, os professores, também estava admirado, porque nas reuniões a que tinha ido, as propostas que se tinham feito, respeitando naturalmente a autonomia das escolas, muitas delas não eram viáveis porque os professores diziam que não tinham espaços, nem tempo, e que tinham já um programa pré-estabelecido, que não abrangia e não conseguia acolher mais iniciativas. -

----- Podia dar exemplos, como os concertos de piano nas escolas que o propuseram, teatro nas escolas, 25 de Abril. Como não foi possível no ano que passou, reiterou-se a possibilidade de o fazer no ano de 2023/2024, mas a Junta de Freguesia não tinha poderes, nem competência, para impor qualquer programa ou qualquer projeto, e bem. Cabia, de facto, às escolas e ao Ministério da Educação, definir estas matérias.-----

----- A maioria das questões que ali eram colocadas, por mais que estivesse de acordo, eram só uma tentativa vã de criticar a Junta de Freguesia naquilo que ela não podia fazer, porque naquilo que podia fazer, não estava a ver nada em concreto de propostas que não foram aceites pelas escolas. Antes pelo contrário.-----

----- Se quisessem com maior detalhe, a pessoa que fazia dezenas, para não dizer centenas de reuniões por ano, a Vogal que tinha a responsabilidade da educação, Ana Rita Constenla, podia detalhar, se fosse necessário e se a Assembleia entendesse aprofundar estas questões.-----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Ana Pelicano.-----

----- **Membro Ana Pelicano (PSD)** disse que à bancada do PSD em Alvalade também inquietava a educação e o ensino em Portugal, que atravessava o pior momento de sempre, com o desinvestimento ao longo dos anos, o corpo docente negligenciado, os projetos educativos pouco desafiantes e as capacidades dos alunos pouco potenciadas, problemas esses, que perpetuariam pelas próximas décadas a todos os níveis da sociedade, uma vez que os jovens de agora, seriam os adultos de amanhã.-----

----- A Freguesia de Alvalade ainda se destacava positivamente pela oferta de escolas e pela qualidade dessas escolas, tanto do jardim de infância ao ensino secundário.-----

----- Quanto às infraestruturas disponíveis, essas necessitariam sempre de intervenção, pois as exigências das ofertas educativas eram cada vez mais e mais diferenciadas. Contudo, se bem se recordavam, as escolas secundárias Padre António Vieira e Rainha Dona Leonor sofreram grandes intervenções de reabilitação e modernização em 2007, num programa de modernização de escolas secundárias.-----

----- Mais recentemente, em 2019, a escola primária do Bairro de São Miguel e recentemente a escola de Santo António.-----

----- Quanto à escola preparatória Eugénio dos Santos, era a única do agrupamento de escolas Rainha Dona Leonor que não foi intervencionada. No entanto, o Ministério da Educação, entidade legal responsável pela escola e pelo seu financiamento, já assumiu a necessidade de fazer essa obra. No entanto, não disponibilizava a verba.-----

----- A Junta de Freguesia não tinha capacidade financeira, nem autonomia, para uma obra dessa envergadura.-----

----- Quanto à celebração do 25 de Abril, era bom saber qual o poder do Executivo sobre as atividades e o currículo da escola. Podia sugerir, aconselhar, mas a decisão seria sempre do conselho pedagógico da escola.-----

----- Quanto às saudações, não compreendiam por que razão só os alunos do ensino público e os funcionários do ensino público tinham direito a saudações letivas. Perguntou, se havia dois grupos de estudantes e dois grupos de professores em Alvalade.-----

----- Os eleitos do PSD desejavam um próspero ano letivo a todos os profissionais do ensino e principalmente a todos os alunos do País.-----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Carlos Rêgo.-----

----- **Membro Carlos Rêgo (CDS-PP)** disse que queria começar por saudar toda a comunidade escolar, pública e privada.-----

----- Em segundo lugar, mencionar que, pelas informações escritas, tinham sido feitas obras nessa área, pequenas, de acordo com as capacidades e delegações de competências.-----

----- Sobre as obras grandes, elas não eram necessárias agora, não eram necessários um ano atrás, já eram necessários em anos anteriores! Não ia perguntar o que a CDU fazia nos Executivos, porque deviam saber o que faziam, mas os resultados foram zero.-----

----- Quanto ao uso da delegação de competências, citava, “*para financiar algumas iniciativas, retirando orçamento de outras áreas de intervenção*”, a bancada do CDS queria realçar que projectos como os de ciências experimentais, projetos de novas tecnologias, como programação, robótica e design, projetos de artes como a “*focus musicais*”, para o CDS, eram mais prementes e mais importantes, do que financiar viagens de finalistas.-----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro José Ferreira.-----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que não tencionava intervir e, entretanto, parte do que ia dizer já o PSD disse, que afinal houve intervenções nas escolas, ao contrário do que o Senhor Presidente da Junta referiu e que era também do PSD.-----

----- No passado, foram reabilitados os liceus Padre António Vieira e Rainha Dona Leonor. Das seis escolas básicas da Freguesia, cinco tinham intervenções concluídas e foram decididas no passado, a escola de Santo António tinha a obra a decorrer e foi um projeto desenvolvido e lançado no anterior mandato. A obra arrancou já no presente mandato, mas estava já lançado.-----

----- Já várias vezes falaram sobre a reabilitação das duas escolas EB 2+3 da Freguesia, a Gago Coutinho e a Eugénio dos Santos. Pensava ter sido em junho que referira haver aviso aberto e que a Câmara Municipal teria de concorrer para obter financiamento tendo em vista a reabilitação dessas duas escolas. Já havia notícia de que isso estaria a decorrer.-----

----- Houve muito investimento nessas escolas. O Senhor Presidente da Junta decidiu desvalorizar essa parte, mas era verdade, a grande maioria dos equipamentos da rede

pública tiveram intervenção. Faltavam duas escolas e esperava que arrancassem os projetos no mais breve espaço de tempo, que houvesse financiamento do Estado central e que a Câmara conseguisse obter esse financiamento, que concorresse e quisesse fazer as obras, para terem as duas escolas reabilitadas. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro José Vaz. -----

----- **Membro José Vaz (Chega)** disse que, de facto, houve requalificação de algumas escolas, que ocorreram durante o Governo de José Sócrates, isso reconhecia e dava os parabéns. Sabia que faltavam duas escolas serem intervencionadas e esperava que o fossem em breve. Tudo apontava para isso e fazia votos para que assim acontecesse. ----

----- No PCP havia qualquer coisa que falhava. Andou com o Governo ao colo desde 2015 e podia ter-se lembrado de falar nessas escolas e noutras, porque essas verbas na altura foram todas cativadas e o PCP apoiou a cativação dessas verbas. -----

----- A saudação às escolas, já um ano atrás falaram nisso, que deviam saudar a escola pública e a escola privada, porque ambas mereciam a mesma consideração. Os seus filhos tinham andado sempre na escola pública e no seu caso, também. -----

----- Quanto ao considerando sobre a celebração do 25 de Abril, isso fazia parte dos currículos das escolas, mas talvez fosse bom pedir às escolas para começarem a evocar o 5 de Outubro, que era a data da fundação de Portugal e que considerava muito mais importante do que um golpe militar. Repôs a democracia, era certo, mas tinham a nação graças ao 5 de Outubro e não ao 25 de Abril. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Moção “Por uma escola pública que pugne pela cultura integral e inclusiva”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 8 votos a favor (PS, CDU, IL e MMA), 7 votos contra (PSD e CDS-PP) e 1 abstenção (Chega) -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Aquino de Noronha. -----

----- **Membro Aquino de Noronha (CDU)** disse que, como estavam no período antes da ordem do dia, antes de ler a recomendação que trazia, queria falar sobre um problema que, embora não tivesse a ver diretamente com a Junta de Freguesia, tinha a ver com a Câmara Municipal de Lisboa. Era a questão da recolha dos resíduos. -----

----- Cerca de três meses atrás foi criado um serviço, aproveitando fundos do PRR, para recolha dos resíduos verdes. Foram distribuídos às pessoas que tinham logradouros contentores especiais, sacos para recolha, luvas, etc., com a indicação, pelo menos na sua rua, que era preciso pôr os contentores numa quinta-feira e que seriam recolhidos numa sexta-feira. Desde junho, só em duas semanas isso foi feito. -----

----- Quando telefonavam para a Câmara a abrir uma ocorrência, foi dito que muitos dos serviços de recolha estavam atrasados, com problemas, devido à Jornada Mundial da Juventude. -----

----- Além disso, a recolha do próprio lixo urbano, dos indiferenciados, do papel, etc., tinha estado a ser errática. Havia dias em que não se fazia essa recolha. -----

----- A recolha dos monos, pelo menos no seu prédio eram muito rigorosos em relação a isso. Telefonavam para a Junta, marcavam a data e eles diziam para pôr na noite anterior. Estavam lá há duas semanas os monos que disseram que iam ser recolhidos nesse dia. -----

----- O que queria dizer era que, embora isto não fosse obrigação da Junta, achava que a Junta devia utilizar o seu poder junto da Câmara para que esses serviços voltassem ao que eram antes do novo Executivo da Câmara. -----

----- Apresentou de seguida, o seguinte documento:-----

----- **Recomendação** -----

----- *Espaços Verdes* -----

----- *Está à vista de todos a degradação do espaço público na generalidade da Freguesia de Alvalade, em particular, dos espaços verdes. São inúmeras as queixas que nos chegam, quer através dos órgãos de comunicação social, quer da intervenção direta dos cidadãos e que não deixam margem para dúvida que é preciso fazer-se mais ao nível da gestão dos espaços verdes em Alvalade.* -----

----- *A face visível da gestão destes espaços oscila entre uma poda desmesurada e um corte de relva agressivo. Esquecendo-se das preocupações com o fomento da biodiversidade e a criação de cidades resilientes aos fenómenos meteorológicos extremos, uma consequência direta das alterações climáticas induzidas pela ação humana, não se percebe uma linha estratégica na resposta apresentada pelo Executivo da Freguesia.* -----

----- *Apesar de honrosas exceções como as medidas anunciadas para, por exemplo, adiar o corte de relva em alguns talhões da freguesia ou a plantação de duas árvores por cada uma que seja abatida, (não esquecer a necessidade de garantir que crescem saudáveis e atingem a maturidade) a verdade é que, em função da urgência atual, estas não são nem suficientes nem duradouras se não existir um plano de ação prolongado no tempo, aliado a uma cabal transformação da abordagem com que se encaram os espaços verdes.* -----

----- *Aliada a estas preocupações, está também a necessidade de reduzir o consumo de água. São todas faces de uma mesma moeda cujo problema só é possível mitigar e, eventualmente, resolver com um plano integrado que acolha as diversas dimensões, climática, de ordenamento do território, promoção da biodiversidade, participação pública, entre outras.* -----

----- *É premente que se pense os espaços verdes da Freguesia com vista ao usufruto pelos cidadãos, mas tendo como ponto de partida as condições naturais da região zoogeográfica onde nos encontramos. Estas considerações serão essenciais para que se possa gerir plenamente os espaços verdes existentes na Freguesia.* -----

----- *É essencial que se considerem locais de refúgio para os organismos naturais. A substituição de relva/parques ajardinados por prados é uma das medidas mais eficientes para combater o que tem sido identificado como a calamidade dos insectos. A renaturalização de áreas expectantes ou outras, incluindo jardins, é essencial para se atingirem as metas acordadas na Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, em Paris.* -----

----- *A existência de equipas de jardinagem própria, bem equipadas, com as competências técnicas necessárias, os direitos laborais cabalmente respeitados, bem geridas e coordenadas é um passo essencial para se atingirem estes objetivos, algo que é e sempre foi uma bandeira do trabalho autárquico da CDU.* -----

----- *Desta forma, os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Alvalade recomendam ao Executivo da Junta de Freguesia que:* -----

----- *Prepare um plano de gestão, a longo prazo, dos espaços verdes da freguesia que promova a biodiversidade com espécies autóctones.* -----

----- *Garanta, trabalhando em conjunto com os moradores, a revitalização para o seu uso primordial, promoção da biodiversidade e proteção contra a impermeabilização dos logradouros localizados na Freguesia, integrando-os numa rede de caminhos que promovam a circulação pedonal, segura e agradável como proposto anteriormente pela CDU.* -----

----- *Implemente o Centro de Interpretação da Biodiversidade da Freguesia, como foi aprovado em assembleia de freguesia;* -----

----- Dote a Junta de Freguesia de meios próprios para que, de forma progressiva, possa assumir a manutenção e conservação dos espaços verdes, sem recorrer a serviços externos, garantindo a formação técnica adequada e as condições laborais dos trabalhadores;-----

----- Encete as diligências necessárias junto do executivo municipal para que seja a Câmara Municipal de Lisboa a assumir a responsabilidade pela gestão coordenada dos espaços verdes em toda a cidade. -----

----- Lisboa, 12 de Setembro de 2023 -----

----- Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Alvalade ----- ”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que fazia suas as palavras iniciais do Orador, relativamente a recolha de resíduos. A única diferença era que, no seu caso, não tivera direito a luvas, nem saco, só teve direito ao contentor, mas mesmo assim, ainda lá estava à espera de que alguém fosse recolher o lixo. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Miguel Henriques. -----

----- **Membro Miguel Henriques (PSD)** disse que gostaria de acreditar que aquilo que a CDU pretendia defender, com esta recomendação, era o ambiente, e se assim fosse, votariam com todo o gosto, favoravelmente. Inclusivamente, foi pela mão do PSD, que na Assembleia de Freguesia foi apresentada, em junho de 2022, uma recomendação ao Executivo para diligenciar no sentido de reduzir os consumos de água no exercício daquilo que eram as funções da Junta, bem como substituisse de forma gradual os relvados por plantas autóctones, recomendação que acabou por ser aprovada por unanimidade.-----

----- Sucedia, que a recomendação da CDU, na verdade, não pretendia defender o ambiente. Tratava-se apenas de uma forma de fazer política, e nesse caso, no mau sentido da palavra. -----

----- A recomendação começava com ataques ao Executivo, invocando a degradação dos espaços verdes, alegando receber inúmeras queixas, até através de órgãos da comunicação social. Considerava-se uma pessoa atenta às notícias e não podia deixar de estranhar estas declarações, porquanto desconhecia qualquer notícia, pelo menos em jornais independentes, a dizer e comprovar que, efetivamente, os espaços verdes em Alvalade estavam piores do que nos anteriores mandatos que a CDU integrou. -----

----- Essas notícias não existiam, porque efetivamente, Alvalade não estava pior naquilo que dizia respeito à questão dos espaços verdes, estava melhor! Os espaços verdes em Alvalade eram cuidados por empresas especializadas, contratadas no âmbito de concursos públicos internacionais, e eram também acompanhadas por duas técnicas, arquitetas paisagistas, da Junta. -----

----- A recomendação acusava também a Junta de Freguesia de cortes de relva agressivos e de podas de forma desmesurada, conforme expressões da própria recomendação. Era muito fácil fazer combate político com frases feitas, mas se havia uma real preocupação relativamente às árvores eventualmente mal podadas, a sugestão que deixava à CDU, era que fizessem o levantamento dessas situações e o apresentassem à Junta de Freguesia, de forma a que a Junta de Freguesia questionasse estas empresas que contratou através de contratos públicos, que questionasse os técnicos, que eram bem mais entendidos, pelo menos do que no seu caso, que honestamente não era entendido em podagem de árvores, mas se havia um assunto que interessava e a partir do momento em que achavam que determinada árvore estava mal podada, se calhar, convinha colocar o problema em cima da mesa, de uma forma concreta, não era apenas atirar para o ar, que as árvores andavam a ser mal podadas. ----

----- Talvez assim, colocando estas questões concretas, que pudessem receber respostas por parte de técnicos e de pessoas entendidas na matéria, e que justificassem a razão daquelas árvores estarem a ser podadas como o foram, porque foi aplicada aquela técnica de poda, naquela árvore em concreto. Se calhar, assim descortinava-se o mito de que existiam árvores a ser mal podadas, a belo prazer de uma pessoa que estava ali a podar árvores. Não sabia se era isso que pensavam acontecer, que estava ali uma pessoa, que era paga, para estar a brincar à poda das árvores. Não era isso que estava a acontecer! -----

----- O PSD reconhecia que havia muito trabalho a ser feito e enquanto houvesse vontade de melhorar a Freguesia, o trabalho não iria acabar, mas era da mais elementar justiça referir que, desde a tomada de posse e relativamente a este tema em concreto, a gestão dos espaços verdes, o Executivo ainda não parou.-----

----- Houve uma grande intervenção no Bairro das Estacas, por exemplo, e ainda na última Assembleia de Freguesia foi anunciado pelo Senhor Presidente da Junta que, em apenas quatro meses, o Executivo foi responsável pela plantação de mais de duas mil árvores na Freguesia. -----

----- Existia uma preocupação por parte da CDU relativamente a este assunto e se calhar deixava também a sugestão para que se comparasse Alvalade com a única Freguesia cuja Presidência cabia à CDU, a Junta de Freguesia de Carnide, e perguntar em Carnide se houve algum semestre em que eles tivessem plantado mais de duas mil árvores. -----

----- Salientando a importância que o PSD dava aos espaços verdes, porque todos queriam viver numa Freguesia mais verde, mais amiga do ambiente, conseguiu-se também a aprovação do CDC para a construção do corredor verde no separador central da Avenida de Roma e a requalificação da Praça de Alvalade, a requalificação dos Coruchéus, a requalificação dos espaços verdes no Bairro de São Miguel e a intervenção na Mata de Alvalade. -----

----- Por tudo isto, porque acreditavam que estavam no caminho certo no que dizia respeito à gestão dos espaços verdes, e porque não aprovavam moções cujo único intuito era retirar competências às Juntas, nem moções cujo intuito era a internalização do serviço, numa tentativa desmesurada de aumentar as fileiras nos sindicatos, votariam contra esta recomendação, manifestando sempre total disponibilidade para discutir verdadeiras opções quanto aos espaços verdes, quando essa fosse a verdadeira intenção dos partidos com assento na Assembleia. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Teresa Ferreira. -----

----- **Membro Teresa Ferreira (MMA)** disse que, transversalmente, estavam de acordo com a moção da CDU. Aliás, era um dos temas centrais, que a Junta de Freguesia tivesse uma equipa própria para tratar dos espaços verdes. No entanto, ao ler com atenção a recomendação, ficava com uma dúvida, para a qual pedia um esclarecimento. Na recomendação insistia-se que a Junta de Freguesia devia ter uma equipa própria para tratar dos espaços verdes, com técnicos especializados, e para haver um pouco o sentido de proximidade, mas no último parágrafo referia que: -----

----- *“Encete as diligências necessárias junto do executivo municipal para que seja a Câmara Municipal de Lisboa a assumir a responsabilidade pela gestão coordenada dos espaços verdes em toda a cidade.”* -----

----- Aí tinha ficado com dúvidas, se tinham uma equipa própria ou se essa gestão ia ser feita pela Câmara Municipal. As duas coisas pareciam ser discordantes entre si e pedia um esclarecimento nesse sentido. No meio, também tinham a delegação de competências e o que se recebia dessa delegação de competências. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Carlos Rêgo. -----

----- **Membro Carlos Rêgo (CDS-PP)** disse que ao ler esta recomendação, parecia estar à vista de todos uma degradação do espaço público, na generalidade da Freguesia de Alvalade. Tinha ficado com dúvidas se estariam a falar da Freguesia de Alvalade, do Município de Lisboa, ou de outro Município qualquer, porque não se reviam nisto.-----

----- Também desconhecia, pois não tinha tanto conhecimento do que se passava na comunicação social como o seu colega Miguel Henriques e por isso agradecia que a CDU lhe facultasse os órgãos de comunicação social que falavam deste assunto. Seria de todo o interesse, e desconhecia, esperava que lhe fizessem chegar. -----

----- O CDS não se revia na degradação do espaço público mencionado e podia dar dois ou três exemplos em que viam melhorias nos espaços verdes. Tinha um exemplo à porta de casa, no Bairro das Estacas, onde já crescia relva e onde nos últimos anos nada crescia, cavava-se um bocadinho e aparecia entulho. Via passeadeiras a serem pintadas na envolvente das escolas, no Bairro de São Miguel e em outros locais. Via-se obra a ser feita no espaço público. -----

----- Via-se também a poupança da água, 34 mil metros cúbicos em 2022, era bom. Via-se também que, para além disso, havia uma sensibilização nas redes sociais para a poupança de água.-----

----- O que também se via nesta recomendação da CDU, compreendendo, mas não concordando, que não era mais do que uma tentativa da CDU agradar aos sindicatos, com propostas de internalização de um serviço que estava a correr bem, que era gerido por técnicos especializados e por empresas contratadas de uma forma transparente, através de concursos públicos. -----

----- Por isso a bancada do CDS iria votar contra esta recomendação.-----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro José Ferreira. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que o PSD tinha uma certa tendência para tentar ignorar o passado. A verdade era que o sistema que estava a ser utilizado pela Junta de Freguesia era exactamente igual ao que já vinha dos anteriores mandatos. Havia um processo externalizado, era feito um concurso público com publicidade internacional. Talvez tivessem mudado os limites, por alteração da legislação, e isso pudesse ser desnecessário.-----

----- As duas técnicas que acompanhavam, eram aquelas que já lá estavam, eram do quadro da Junta, e fez-se muita reabilitação de espaços verdes. Aquilo que o Executivo fazia era a execução dos contratos, uns que estavam em curso e outros que, terminado o contrato, lançaram concurso e contrataram, em termos similares. Faziam replantações, algo que tinha de ser permanentemente feito no espaço público. -----

----- Era verdade que alguns espaços verdes estavam com menos atenção, isso tinha-se visto. Podia não ser no Bairro das Estacas, mas alguns logradouros que até já foram reabilitados do Bairro das Caixas, que estavam com menos cuidados, e isso instava a que houvesse um maior cuidado, de forma generalizada, no território de Alvalade. -----

----- Foi dito pelo Senhor Vogal e era algo que também já estava marcado, que numa próxima contratação que se fizesse, os equipamentos dos prestadores de serviço de manutenção dos espaços verdes passariam a ser elétricos. Já tinha visto algumas intervenções em que se mantinha o motor de explosão, e era muito importante que se fizesse essa transição, uma vez que se fez no mandato anterior. Na higiene urbana havia equipamentos elétricos que podiam ser usados pelos trabalhadores, que eram até melhores para a saúde dos trabalhadores e tinham níveis de ruído e poluição muito inferiores. Deixava esta pergunta para o Senhor Presidente da Junta. -----

----- Sobre a proposta, reviam-se em algumas coisas que eram referidas, não se reviam na internalização só porque sim, sem base económica. Era um assunto que várias vezes falaram no Executivo anterior, uma posição que o PCP tinha mantido ao longo dos anos. -----

----- Podia ser internalizado ou externalizado, tinha era que ter racionalidade económica, e até aquele momento nunca houve racionalidade económica na internalização desses serviços. -----

----- Era verdade que nenhuma Junta de Freguesia tinha, em grande medida, isto internalizado, exatamente pelo motivo de que, provavelmente, era mais racional economicamente manter externalizado, mas podia-se sempre fazer esse estudo e chegar a uma conclusão. -----

----- A Lei Geral do Trabalho aplicava-se aos trabalhadores privados e o que a Junta de Freguesia tinha de garantir era que os trabalhadores a trabalhar para uma empresa ao serviço da Junta, ainda que privada, estivessem dentro da Lei. Isso seria garantido com certidões de não dívida, e se houvesse alguma coisa errada, certamente que a Junta poderia atuar. Portanto, ser privado ou público, era mais ou menos indiferente. -----

----- Quanto à questão de alterar, que era uma coisa que o PCP também tinha feito ao longo dos anos, de reverter a reforma administrativa que foi feita em 2013 e que passou para as Juntas de Freguesia as competências de manutenção dos espaços verdes, o PS também não se revia nessa posição, achava que cada vez mais deviam ser passadas competências legais e não apenas por delegação de competências, mas do Governo central para os governos regionais e para as autarquias, Câmaras e Juntas de Freguesia, para que a execução de políticas concretas fosse mais próxima do cidadão. -----

----- Concordando com algumas coisas e não concordando com outras, o PS iria se abster. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que agradecia a recomendação da CDU. Era uma preocupação, independentemente das forças políticas, as questões ali levantadas, mas recordava que a Junta de Freguesia apresentou, e foram aprovados como prioridade, no pedido de projetos a serem desenvolvidos pela Junta através da transferência de verbas da CML, os designados CDCs. O projeto mais vultuoso, do ponto de vista de financiamento, foi o projeto de requalificação do Parque José Gomes Ferreira, que estava em curso para ser executado. Não sabia se começaria neste ano, envolvendo também a rearborização da Praça de Alvalade e da Avenida de Roma. -----

----- A questão da relva já não se colocava, vinha do mandato anterior e as Juntas continuavam a substituir por prado. Era uma questão que já não se colocava, até por questões ambientais e de poupança de água. -----

----- Havia uma questão de fundo, e aí respeitava em democracia essa diversidade ideológica. Não tinha a mesma doutrina, e entendiam que se os serviços fossem prestados por equipas de jardinagem bem equipadas por privados, não teriam de ser necessariamente públicos, não era um serviço exclusivamente do poder político. Se havia empresas que faziam este serviço, podiam satisfazer as necessidades da comunidade e não tinham esse preconceito ideológico de ter que ser tudo público e estatizado, os países que o fizeram não trouxeram muita felicidade aos cidadãos. Não acreditava nessa metodologia e nessa doutrina. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Vogal Tomás Gonçalves. -----

----- **Vogal do Executivo Tomás Gonçalves** disse que queria dar alguns esclarecimentos sobre esta moção, que dava a ideia de ser uma moção transversal, que

seria apresentada em todas as Assembleias de Freguesia do Concelho de Lisboa, tirando alguns parágrafos da conclusão. -----

----- Os espaços verdes eram bem cuidados pelas equipas, não havia podas desmesuradas ou um corte de relva agressivo. Não sabia o que era isso, não era especialista, mas parecia um claro exagero, vindo de alguém que também não tinha conhecimento na matéria, tal como no seu caso. -----

----- Fazia-se a manutenção corrente, como era hábito, havia um esforço enorme das duas arquitetas paisagistas da Junta de Freguesia para acompanhar todos os trabalhos que eram planeados e realizados pelas empresas ao serviço da Junta de Freguesia de Alvalade. Eram empresas de jardinagem, com técnicos e especializados, e tinham essa capacidade de realizar os trabalhos. -----

----- A estratégia de gestão dos espaços verdes na Freguesia de Alvalade era simples, manter os espaços cuidados, com vista agradável para a população, que fossem benéficos e pudessem ser usados pela mesma, que tivessem densidade vegetativa com plantas autóctones e com uma gestão rigorosa de um recurso escasso, a água. -----

----- Do ponto de vista ambiental, era uma preocupação de todos os que estavam ali dentro da sala e, nesse ponto, destacava várias iniciativas que tinham vindo a ser realizadas, não só em relação ao ano de 2022, em que, como foi referido, tinham uma poupança que lhe parecia considerável a nível do consumo, de 34 mil metros cúbicos de água, que representava cerca de 60 mil euros, de um ano para o outro. -----

----- Se reparassem na informação escrita que iam discutir, no primeiro semestre de 2023 versus 2022, já partindo de uma base bastante baixa, o consumo de água tinha sido reduzido e também em termos de valor. -----

----- Havia uma aplicação, uma ferramenta digital, que tinha permitido controlar 130 pontos da Freguesia, em termos de água, energia elétrica e gás, também permitindo gerir de forma mais económica e racional os gastos que iam tendo com essas várias Fontes de energia e de água. -----

----- Quanto aos investimentos realizados nos espaços verdes, também destacava alguns. Sabiam que o Bairro das Estacas, nos últimos anos, sofreu um investimento bastante grande, cerca de 350 mil euros, mais IVA, uma empreitada do mandato anterior, que terminou em 2020, mas que tinha claras deficiências e que foi necessária uma nova intervenção, no valor de 11 mil euros, mais IVA, para uma nova sementeira, colocação de terra vegetal, porque a terra que lá estava tinha muito entulho da empreitada anterior, e a requalificação de algumas partes da rede de rega. -----

----- Para além dos 350 mil euros, mais IVA, que tinham sido gastos na empreitada anterior, se não estava em erro, foi em 2021 que houve um investimento de cerca de 50 mil euros, mais IVA, para plantações, mas mesmo assim, o Bairro das Estacas não tinha o vigor que era desejável e achou-se por bem, em conjunto com os especialistas, fazer este investimento. -----

----- Estavam também investimentos planeados e já em procedimentos, requalificações planeadas nos canteiros na Avenida Rio de Janeiro com a Estados Unidos da América, a colocação de rega e posterior plantação de novas espécies, num investimento que rondaria os 12.800 euros. com IVA incluído. Na Rua Diogo Bernardes. também iriam colocar rega e fazer novas plantações, um investimento de cerca de 6 mil euros. -----

----- Tal como o Presidente da Junta disse, tinham vários CDCs que iriam permitir requalificar espaços verdes da Freguesia e que eram bastante necessários. -----

----- Entretanto, colocou-se rega na Rua Bulhão Pato. Iam-se fazendo investimentos de acordo com a capacidade financeira da Junta, e essa era a preocupação. -----

----- Relativamente a plantações, era importante clarificar a CDU, se fizessem as contas da informação escrita era fácil, desde janeiro a 31 de agosto, plantaram-se cerca de

2.300 arbustos e herbáceos e 39 árvores. Tiveram uma ação de plantação no Parque José Gomes Ferreira, no projeto “*Life Lungs*” da Câmara Municipal, em que foram plantados 270 arbustos, mais 10 árvores, a somar àqueles que referira anteriormente. -----

----- Quanto à observação do Membro José Ferreira, relativamente ao caderno de encargos futuro, que fosse desenvolvido com mais equipamentos elétricos, recordava que o concurso público com publicidade internacional que foi realizado já tinha essa preocupação, no último lançamento. Não podiam colocar 100% dos equipamentos como elétricos, não havia nenhuma empresa no mercado que assim o tivesse, as próprias empresas estavam a fazer essa transição para ferramentas elétricas e, naturalmente, que o objetivo era tentar incluir esse critério no caderno de encargos cada vez com um peso maior, apresentando ferramentas elétricas para poupar o ambiente e a saúde de quem trabalhava e vivia em Alvalade.-----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Sérgio Oliveira. -----

----- **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** disse que não era uma moção transversal, foi escrita para Alvalade e podiam depois comparar com outras Assembleias.-----

----- Sobre o tema dos especialistas, também os tinham. Não era o seu caso e o do Aquino de Noronha, mas, por exemplo, o Frederico Lira e outros amigos que tinham. Ele não pôde estar presente, mas ajudou a escrever esta recomendação. -----

----- Quando as podas eram mal feitas, não seria por haver má vontade, eram mal feitas por desconhecimento, e esse desconhecimento acontecia quando se punham a fazer algo que não sabiam fazer, e esse era muitas vezes o problema. Podiam ter os concursos públicos, podiam ter todos os carimbos, todas as garantias, podia-se ir para tribunal, mas se contratavam empresas com trabalhadores que não tinham o conhecimento suficiente, que não aprenderam, que não tiveram essa oportunidade de fazer corretamente, o trabalho era incorretamente feito.-----

----- Neste caso, este tipo de coisas sensíveis de árvores, uma ação mal feita podia causar danos no futuro, isso era mau. -----

----- Pensava que, nessa parte, estariam de acordo, que quem fazia essas atividades tivesse conhecimento, que pudesse aprender e ter uma passagem do conhecimento para outros colegas e que não fosse colocado ali, por mais concursos internacionais, sem essas condições. Era disso que estavam a falar, uma das razões, e não era a única, para se ter meios próprios. -----

----- Sobre a delegação de competências, era verdade, não eram favoráveis à delegação desse tipo de competência, e por isso, parecia haver uma incongruência na moção, mas idealmente seriam trabalhadores da Câmara, era isso que defendiam, se não fossem trabalhadores da Câmara, que fossem trabalhadores da Junta. Se as competências voltassem para a Câmara, aquelas que achavam que deviam voltar, esses trabalhadores voltavam para a Câmara, como também vieram para a Junta.-----

----- Sobre trabalhadores e o sindicato, parecia haver um preconceito para com os trabalhadores da Junta, que não queriam que os trabalhadores da Junta se sindicalizassem. Os trabalhadores do setor privado também tinham sindicatos, também faziam lutas, também faziam greves. Portanto, não tinha nada a ver com isso, tinha a ver com aquilo que defendiam, que podia ser feito por meios públicos e havia coisas que podiam ser feitas por meios privados, nomeadamente intervenções pontuais, mas as intervenções regulares deviam ser feitas com meios próprios. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Recomendação “Espaços Verdes”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar, por maioria**, com 7 votos contra (PSD e CDS-PP), 2 votos a favor (CDU) e 7 abstenções (PS, IL, MMA e Chega) -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro José Ferreira, para uma declaração de voto. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- *“O Partido Socialista absteve-se pelas razões aduzidas na intervenção, nomeadamente o facto de se propor internalizar serviços sem racionalidade económica, ou pelo menos sem essa avaliação, e a reversão da reforma administrativa, que somos contra.* -----

----- *Acrescentar uma coisa que foi dita aqui, que houve uma empeitada de replantações num valor de 50 mil euros no bairro das Estacas. Não é verdade. Essa empeitada serviu toda a Freguesia para fazer replantações.*-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia constatou encontrar-se terminado este período, e deu início ao -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- **Ponto 1 – Apreciação, discussão e votação de Atas da Assembleia de Freguesia:** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que, como teriam já reparado, tinham cinco atas. Não tinham mais, porque também não queria sobrecarregar, elas eram dezoito, e iam fazendo aos bocadinhos, esperava que até ao final do ano ter as atas aprovadas. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Sérgio Oliveira. -----

----- **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** disse que saudava terem finalmente as atas, já tinham insistido muito nisto. Por vezes podia parecer uma coisa burocrática, mas era importante. -----

----- Tinham lido as atas e achavam que, na generalidade, estavam corretas e, portanto, iriam votar favoravelmente as mesmas. -----

----- Já tinha uma pergunta esclarecida, pensava que iriam em breve recuperar as anteriores, o que era bastante positivo. -----

----- Em relação às atas em minuta havia um problema, porque tinham votado as atas em minuta sem serem lidas, e entendiam que elas deviam ser lidas, não estando a votar uma coisa em branco. A proposta era que elas passassem a ser lidas antes de serem votadas, começando-se a fazer isso na presente ou na próxima Assembleia. -----

----- Ao fazer um documento à população detetou um erro na ata em minuta e que tinha a ver com o suplemento de penosidade e insalubridade, em que vendo no *youtube* percebeu ter havido uma troca de sentido de voto, no caso, entre o Chega e a Iniciativa Liberal. Se tivesse sido lida a ata, provavelmente os eleitos teriam percebido, teriam corrigido. -----

----- Perguntava ao Senhor Presidente se podiam começar a fazer isso, não sabia se tecnicamente era possível já na presente reunião ou não, mas pelo menos na próxima Assembleia. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que como o Membro Aquino de Noronha se devia lembrar, quando dirigia uma outra Assembleia de Freguesia, que aprovavam as atas em minuta, uma a uma, e havia uma minuta toda direitinha, em que fazia isso. Ao chegar a esta Assembleia, verificara que não era feito assim pelos seus antecessores e tinha continuado, mas com muito agrado voltava ao seu regime, da outra Assembleia de Freguesia que já existiu. -----

----- Desculpassem não fazer já, mas teria de recuperar a sua minuta, toda bem feita, que servia para isso. Começariam na próxima reunião. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Teresa Ferreira. -----

----- **Membro Teresa Ferreira (MMA)** disse que também ficava bastante satisfeita por receber as atas e, contrariamente ao que o Senhor Presidente referiu, não se importavam de receber mais, porque ao terem recebido cinco atas e ficado na data de janeiro de 2022, não se compaginava com o objetivo da ata, em geral. -----

----- Aproveitando o tema das atas, questionava, relativamente à ata da comissão de transparência realizada em fevereiro desse ano, saber quando iriam ter acesso a ela. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que as atas das comissões eram responsabilidade dos Presidentes de cada Comissão. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro José Ferreira. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que sobre as atas em geral pareciam bem, a metodologia era a mesma que no passado, uma transcrição profissional das atas. Só pedia atenção, porque o Senhor Presidente talvez tivesse corrigido alguma coisa, havia um caso em particular, na ata número 2, em que, no final, evocava uma intervenção do Senhor Presidente da Assembleia, os artigos 14º e 21º do Código do Processo Administrativo, mas na verdade, na sessão, só evocou o 21º. -----

----- Tinham ido ver o vídeo e provavelmente o que estaria tecnicamente certo era o 14º e o 21º. Nem ia discutir, porque não era jurista, e o Senhor Presidente da Assembleia era um eminente jurista, não ia dar lições, que não tinha competência para o fazer. Com certeza que as pessoas, por vezes, queriam dizer uma coisa, mas na verdade disseram outra, ou disseram de forma incompleta, e lendo uma segunda ou terceira vez poderiam sempre acrescentar coisas, mas que, de facto, fossem as transcrições exatas, feitas de forma profissional, como no passado. Estas também foram, mas que não fossem feitos os aditamentos que não foram ditos na sessão. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que não tinha corrigido a número 1 e a número 2, porque não tinha presidido a essas Assembleias. Tinha corrigido as atas número 3, 4 e 5 e agora faria o mesmo nas seguintes todas. -----

----- Obviamente era essa a realidade, se as pessoas disseram um erro, era um erro que ficavam. Era essa a realidade verificada na Assembleia. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Manuel dos Santos. -----

----- **Membro Manuel dos Santos (IL)** disse que as atas enviadas pareciam estar em conformidade, mas aproveitava a ocasião para questionar, como eram temas que se prendiam com o funcionamento da Assembleia de Freguesia, relativamente aos horários das Assembleias. Tinha sido aprovado para terem início às oito da noite. Também a própria disposição dos trabalhos e da forma como estavam em Assembleia, um tema abordado ainda em 2021, aliás isso estava na ata. Pois quase dois anos depois, ainda continuavam com as mesmas condições de trabalho e julgavam que fazer essa atualização no horário e na infraestrutura ao dispor, seria para todos benéfico. -----

----- Apenas queria perguntar se haveria desenvolvimentos a esse nível. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que, se calhar, tinham de começar a fazer greve, do género não aprovar o Orçamento, enquanto não houvesse mesas e cadeiras. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Tesoureiro. ---

----- **O Senhor Tesoureiro do Executivo** disse que, depois de um avultado investimento que fizeram num púlpito, só tinham um e passaram a ter dois, já foi um passo, em conversa com a divisão administrativa acharam por bem começar efetivamente a tentar desenhar e pedir alguns orçamentos para as famosas mesas. Veriam se até ao final do ano conseguiam evoluir sobre esse tema e depois teriam oportunidade de falar. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Miguel Henriques. -----

----- **Membro Miguel Henriques (PSD)** disse que relativamente às atas que foram disponibilizadas nada tinham a apontar e votariam favoravelmente. -----

----- Queria apenas responder a uma questão colocada pelo “Mudar Alvalade” e fazia um *mea culpa*. Não era o Presidente da comissão de transparência, mas naquela reunião tinha acabado por ficar na posição um pouco ingrata de redigir a ata. Tendo em conta os contornos da reunião e também o facto de ter chegado já quase a meio, houve uma dificuldade em estabelecer um fio condutor. De todo modo, ficava assumido de forma pública que efetivamente era o responsável por elaborar essa ata, que a faria chegar aos membros da Comissão o quanto antes. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Ata nº 1**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião. -----

----- Submeteu à votação a **Ata nº 2**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião. -----

----- Submeteu à votação a **Ata nº 3**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião. -----

----- Submeteu à votação a **Ata nº 4**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião. -----

----- Submeteu à votação a **Ata nº 5**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião. -----

----- **Ponto 2 – Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade;** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta. -

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a informação escrita tinha sido distribuída. Consubstanciava um relatório das atividades que a Junta desenvolveu entre 1 de junho e 31 de agosto, período de verão. -----

----- Queria só destacar nesse período, final de ano letivo e férias de verão, as atividades que eram do conhecimento público, nomeadamente as festas da Cidade de Lisboa ou o Arraial de Alvalade. -----

----- Destacar aquilo que exigiu mais esforço dos funcionários, maior capacidade de intervenção complementar e de contato com a comunidade escolar em particular. Tinha a ver com o programa “*Alvalade em férias*”, que refletiu e traduziu um sucesso, até inesperado. Em dois dias de abertura de inscrições, ultrapassou todas as expectativas, tiveram de encerrar as inscrições para não frustrar mais as famílias. Tinham consciência que não estavam ainda plenamente satisfeitos. -----

----- Tinha-se aumentado de uma forma substantiva e evidente, de 370 ou 380 pessoas, para 600, em dois anos. Pretendiam assumir o compromisso de, no próximo ano, aumentar ainda mais a oferta, porque tinham consciência que as famílias procuravam e tinham necessidade de ocupação dos tempos livres dos mais jovens. Apontava com alguma prudência para o crescimento de mais 50 inscrições. -----

----- Recordava que isso foi possível, também, graças a um esforço notório que a Junta de Freguesia fez. Em 2021, a Junta de Freguesia necessitou de 18 monitores para acompanhar as crianças envolvidas, em 2022, passou logo para 27, e em 2023, passaram para 36, mas tiveram ainda necessidade de recrutar seis coordenadores, o que perfazia uma equipa de acompanhamento deste programa de 42 pessoas. -----

----- Isto refletia uma capacidade que a Junta demonstrou, reconhecida pelas famílias que participaram. Todas as crianças com necessidades especiais que se inscreveram

foram acolhidas. Eram todos favoráveis à inclusão, mas se não criassem as condições para que se realizasse, não valia a pena fazer discursos. -----

----- Era do conhecimento público que foi um ano muito condicionado com um evento que ocupou muitos meios, tanto das autarquias, como até das empresas especializadas, nessa época, nomeadamente na necessidade de ter autocarros para fazer passeios e outras coisas, para ir à praia. A Junta de Freguesia não só, não conseguiu esse tipo de serviço em todas as empresas que consultou em Portugal, como também consultou empresas espanholas, e informaram que não tinham disponibilidade de autocarros para suprir essas necessidades. -----

----- Tiveram então de adaptar o programa, mas mesmo assim, segundo a opinião que as famílias expressavam por escrito, uma prática que já vinha do passado, a avaliação de como decorreu o “*Alvalade em férias*” e salvaguardados os dados pessoais, a opinião era muito positiva. -----

----- Não fizeram mais do que a sua obrigação, tiveram o cuidado de garantir a segurança e a qualidade das iniciativas que levaram a efeito. -----

----- O orçamento por isso mesmo aumentou, passaram de 119 mil para 159 mil. Os recursos humanos, a melhoria da alimentação, a necessidade de programas alternativos, a deslocação, assim o exigiram, mas parecia um investimento que mereceu esse esforço. Comparando com quase todas as Juntas em Lisboa, muito menor esforço financeiro das famílias em Alvalade, mas esta ajuda permitiu que, de facto, sem grande aumento no gasto de dinheiros públicos, que conseguissem garantir todas as condições para que o programa fosse um sucesso. -----

----- Semelhante ao programa, mas numa perspetiva de objetivos, estratégia, de fins a atingir, continuaram a promover o “*Alvalade Sénior*”. Neste caso, porque tinham de ser coerentes e tratar igual o que era igual e tratar diferente o que era diferente, entenderam que o programa “*Alvalade em férias sénior*” se devia enquadrar nas políticas de envelhecimento ativo, de combate ao isolamento e à solidão. Não fazia sentido, sendo esse um propósito sério dos poderes públicos e dos poderes políticos, depois cobrar às pessoas para desenvolver esse objetivo. -----

----- Nesse sentido, houve um esforço e aumentou-se a oferta, mas o objetivo que estava em causa nesse programa não era uma mera prestação de serviços ou de ajuda e apoio às famílias, que encontravam noutras instituições, também em Alvalade, nesse caso, era um objetivo assumido pelas forças políticas, nomeadamente pelos “*Novos Tempos*”. Deveriam prosseguir e promover, sem esforço das pessoas destinatárias da prossecução desse objetivo. -----

----- Na higiene urbana, como foi ali assumido pela Junta de Freguesia, desenvolveram-se os procedimentos que estavam previstos. Já contavam com 46 operacionais, mais 5 prestadores de serviços, que foi possível através da aplicação dos CDCs, no final de setembro seriam 47. Também estava em curso um processo concursal, na perspetiva de inclusão nos quadros, de 2 lugares. Isto para que, no final do ano, como assumiram, o compromisso estivesse cumprido, e houvesse já afectos ao serviço de higiene urbana 49 operacionais. -----

----- A Junta de Freguesia empenhou-se e conseguiu desenvolver um projeto que, por entidades terceiras, e algumas com a envolvimento da administração central, foi reconhecido como o melhor, no âmbito do Município de Lisboa, a candidatura apresentada do bairro digital, entre todas as concorrentes, foi a que ficou em primeiro lugar. -----

----- Quanto às atividades culturais, foi reconhecida alguma qualidade, que queriam manter. Destacava a atuação de uma das melhores pianistas premiadas

internacionalmente, com uma orquestra dirigida pelo diretor do Teatro Bergen e que era simultaneamente um maestro titular do Teatro Bergen, na Noruega. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Teresa Ferreira. -----

----- **Membro Teresa Ferreira (MMA)** agradeceu a informação escrita, a qual estava muito detalhada, com muito mais detalhe do que o Senhor Presidente ali apresentou, e levava a que houvesse muitas perguntas. Quem detalhava, perguntas ouvia, mas o detalhe estava ótimo. -----

----- Em relação ao Arraial de Alvalade, queria saber qual foi o valor total alocado à realização da edição 2023, e nos diversos itens adjudicados, nomeadamente produção, contratação de artistas, palco, sistema, etc. Tinham acesso a alguns desses contratos, mas poderiam não ser todos, pelo que questionava qual era o valor total e qual o retorno que a Junta de Freguesia teve neste âmbito.-----

----- “*Alvalade em férias para crianças e jovens*” e “*Alvalade em férias séniores*”, também a questão se prendia com qual o total de crianças e qual o valor que coube a cada criança, sobre o total de investimento. A mesma questão relativamente ao “*Alvalade em férias sénior*”.-----

----- A revista de Alvalade, tal como referido por si e pelo Membro Nuno Lopes anteriormente, continuavam a ser da opinião que o custo da edição da revista de Alvalade era elevado, sendo que eram apologistas de um jornal, e deixavam uma sugestão, no sentido de aumentar o número de caracteres para os partidos e movimentos independentes na coluna a que tinham acesso. -----

----- No que dizia respeito à revogação do contrato com a MUSSOC, ficavam satisfeitos que essa questão tivesse merecido especial atenção. Foi uma situação identificada pelo “Mudar Alvalade” e aproveitava para questionar se haveria outra entidade a fazer o mesmo e, se sim, em que moldes. -----

----- Na página 32 da informação escrita, era referido que foi fornecido um apoio financeiro, no valor de 21.780 euros, pela revogação do contrato-programa, com efeitos a partir de 31 de julho de 2023. Questionava se esse apoio dizia respeito à MUSSOC e, se sim, a que se devia essa transferência efectuada neste período da informação escrita.-

----- No âmbito da mobilidade, dado terem sido tomadas diligências sobre esta temática e que estavam patentes na informação escrita e porque não viam explanada a situação da alteração do estacionamento entre residentes, nas transversais da Avenida da Igreja, para exclusivo a moradores, entre as 19:00 e as 9:00, bem como a reversão do estacionamento em marcha-atrás, nessas ruas, perguntava qual o ponto de situação sobre essas matérias. -----

----- Aproveitava também para questionar, qual o ponto de situação da colocação das lombas redutoras de velocidade na Rua Dom Rodrigo da Cunha. -----

----- No que dizia respeito às oficinas desportivas e “*Desporto 18 +*”, questionava qual a razão para haver diferença de pagamentos entre os técnicos que estavam alocados às oficinas desportivas e os técnicos alocados ao “*Desporto 18 +*”, sendo que para uma era 10 e para outra eram 20 euros. -----

----- Na cultura, saber quais eram os valores praticados.-----

----- No que dizia respeito ao Mercado de Alvalade, um tema que também já tinha colocado em sessão anterior e cuja resposta não a satisfazia na totalidade, sobre a quantidade de gelo na rua e os maus odores existentes na lateral do mercado. Nos dias que corriam era inadmissível, sendo essa uma zona nobre e central, a situação devia ser encarada como resolúvel e não como não havendo maneira de o fazer. -----

----- A zona tinha sido frequentada por sem-abrigo e na zona envolvente, mais propriamente nas esquinas do mercado, havia um odor a urina, e pedia-se uma intervenção mais frequente por parte do departamento de higiene urbana, nessas áreas. -

----- Pegando no tema da higiene urbana, sabiam que a higiene era um tema tão sensível a todos os habitantes, e tinham chegado diversas opiniões depreciativas do estado das ruas, nomeadamente, no que dizia respeito à limpeza das ruas, à limpeza de ervas, aos locais que assumiam como vazadouros a céu aberto, de todo o tipo de lixo que as pessoas tinham em casa, pelo que se pedia uma intervenção mais frequente na identificação dessas zonas e na sua limpeza.-----

----- A questão seguinte era para o pelouro dos direitos sociais e educação, em que era referido na página 33, que houve uma reunião com a associação de pais da escola EB Eugénio dos Santos para análise dos problemas. Nesse sentido, questionava quais foram as medidas acordadas ou que já foram tomadas, aproveitando, e dado que o tema se prendia com a Eugénio dos Santos, para relembrar a sugestão que deixaram, de alteração do acesso à referida escola e qual o ponto de situação sobre isso. -----

----- Em relação ao pelouro da segurança, segundo informação patente na página 33, no dia 27 de julho houve reunião com o grupo de segurança de Alvalade. Nesse sentido, deveria ser útil como elemento de base para a reunião o relatório da segurança e uma vez mais “Mudar Alvalade” ia perguntar se o relatório de segurança já se encontrava finalizado e, se sim, pedia que lhes fosse facultado. -----

----- Sobre os clubes e associações, no que dizia respeito ao Centro Recreativo dos Coruchéus, a gestão do campo de jogos, perguntava qual era o resultado e se iriam manter a gestão nas mãos dessa associação ou se iam revogar o contrato. -----

----- Relativamente à educação e juventude, saber qual o resultado da reunião com a Vereadora da educação para possível abertura de uma creche. -----

----- Questionava também se se tratava de um lapso, nas diversas reuniões apresentadas e patentes na informação escrita, não estarem referidas as reuniões havidas no âmbito do projeto curricular da natação infantil. -----

----- No que dizia respeito à economia e inovação, verificava-se existir uma aprovação para contratualizarem a locação de 22 casas de madeira para o Mercado de Natal. No ano anterior foi efetuada a locação de 10 casas de madeira, e queria saber a que se devia esta alteração da necessidade. -----

----- As suas perguntas eram bastante extensas e tomara a liberdade de imprimir para deixar as questões ao Senhor Presidente, de forma a ser mais fácil para ter então a devida resposta.-----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro José Ferreira. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que tinha lido com atenção o relatório, na senda dos outros. Havia uma questão que não foi feita, passaram a fazer para o Mercado de Natal, mas de facto não o fizeram para o arraial e também não fizeram para o “*Alvalade em férias*” e gostaria de saber, não apenas as despesas do “*Alvalade em férias*”, mas também a receita e a sua distribuição, saber quantas pessoas pagaram 10 euros, quantas pagaram 20, as que pagaram a taxa máxima dos 160 euros. -----

----- O Senhor Presidente não teria essa informação ali, mas que depois remetesse para a Assembleia de Freguesia a distribuição e não apenas o valor médio, porque nas médias, já sabiam que se comesse dois frangos e o Senhor Presidente não comesse nenhum, em média comiam um frango cada um, mas o Senhor Presidente ficava cheio de fome e não queria que passasse fome.-----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Sérgio Oliveira. -----

----- **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** começou por perguntar qual era o ponto de situação sobre o pagamento do suplemento de penosidade e insalubridade em período de férias. Os trabalhadores estiveram presentes à porta da Junta, também estiveram junto deles em solidariedade e, na altura, a informação que tinham, era de que a Junta iria dar uma resposta até ao final de julho, e gostariam de saber o ponto de situação.-----

----- Havia uma parte, na informação escrita, sobre a emissão do parecer desfavorável à instalação de duas estações da rede Gira. Perguntava quais foram as localizações, quais foram as razões concretas para serem recusadas e quais as alternativas que foram sugeridas. -----

----- As bicicletas Gira eram bastante utilizadas e havia falta de mais estações e de mais bicicletas e, portanto, a CDU ficava preocupada, porque tinha receio que esse tipo de decisões pudesse prejudicar, ou pelo menos atrasar, uma melhor mobilidade da população. Os problemas de mobilidade também se resolviam com mais transportes públicos e sistemas complementares, como eram as Gira. -----

----- Havia menção a uma reunião com a Carris sobre a carreira de bairro. Queria saber qual o resultado da reunião e se a carreira do bairro iria finalmente passar na zona da Quinta dos Barros, que não parecia, mas também era da Freguesia. Também, saber se o Bairro São João de Brito, agora que estava requalificado, poderia ter direito a uma paragem, que podia ser mais ou menos na entrada, como os moradores pediram. -----

----- Tinha uma pergunta relativamente ao programa piloto da digitalização de manuais escolares. Era uma coisa que tinham visto nas notícias e que também chegou através dos pais, pelo que queriam perguntar qual era o envolvimento da Junta de Freguesia nesse programa e se sabiam de que forma foi auscultada a comunidade educativa, incluindo os encarregados de educação.-----

----- A CDU tinha reservas em relação a essa medida. Havia alguns países, como a Suécia, que já regrediram nisso e acharam que era uma medida falhada. As empresas que forneciam os manuais tinham interesse na sua venda digital. Para as crianças, a tecnologia tinha um papel importante, mas não podiam fazer sem ser ponderado, sem ser discutido com a comunidade educativa. Não se podiam prejudicar as crianças, por motivos apenas economicistas.-----

----- Muitas vezes, manusear os materiais também fazia parte do processo de aprendizagem, ouviam, pensavam, falavam e escreviam. Havia um processo físico, que havia dúvidas em poder ser atingido da mesma forma, com materiais digitais. Estando a começar o ano letivo, era um tema que os preocupava. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Miguel Henriques. -----

----- **Membro Miguel Henriques (PSD)** começou por agradecer ao Senhor Presidente da Junta, mais uma vez, a informação escrita, deixando os parabéns à Junta de Freguesia pelo trabalho desenvolvido no último trimestre. -----

----- Não tinha mais questões a colocar, para além daquelas que já foram colocadas por alguns colegas, apenas tecer algumas considerações sobre o que foi o trabalho do Executivo. -----

----- Cumpria-lhe deixar uma especial saudação, tendo em conta que se tratava de um trimestre em que houve muita gente que saía de Alvalade, muita gente tirava férias, mas a verdade era que o poder local continuou a trabalhar no desenvolvimento da Freguesia e nesse trimestre, em especial, participando também na organização das Jornadas Mundiais da Juventude. -----

----- Dava também os parabéns à Vogal Ana Rita Constenla quanto à realização do “*Alvalade em férias*”, que na última Assembleia de Freguesia mereceu comentários e algumas críticas por parte de outras forças políticas, mas conforme estava espelhado no

relatório, foi uma iniciativa que mais uma vez acabou por ser um sucesso. Não só aumentaram o número de participantes, em 2021 havia 378 inscritos, passaram para 504 crianças em 2022 e em 2023 chegaram às 600, quase o dobro de dois anos atrás.-----

----- Pela primeira vez foram tidas em conta crianças com necessidades especiais, com autismo, paralisia cerebral, mobilidade reduzida. Cada uma dessas crianças teve um monitor que a acompanhou durante toda a iniciativa. -----

----- O “*Alvalade em férias*”, para além de promover a ocupação dos jovens em períodos não letivos e promover a participação cívica desses jovens, era também uma ajuda para as famílias que não tinham forma de acompanhar os filhos durante grande parte do período de férias. Era uma iniciativa que não só tinha corrido bem, como era uma iniciativa para continuar a realizar todos os anos.-----

----- Apesar das críticas ao pagamento para a inscrição neste programa, o aumento no número de inscritos era a demonstração de que os pais confiavam nos serviços da Junta de Freguesia e aceitavam pagar, porque sabiam que iria ser prestado um serviço de qualidade. Pagavam mediante aquilo que eram os rendimentos de cada agregado familiar, uma quota que era considerada quase irrisória relativamente aos rendimentos do agregado. O facto de ser necessário nesse ano o pagamento da inscrição não foi impedimento para que o número de inscritos aumentasse.-----

----- Congratulava o Executivo por estar atento a diversos problemas e estar a trabalhar com a Câmara Municipal em novos projetos para a criação e instalação de creches na Freguesia, bem como pela atenção que estava a ser dada à construção das novas estações da rede Gira, de forma a não ser afetado o estacionamento em Alvalade e sendo a própria Junta de Freguesia quem acabou por sugerir locais alternativos para que fossem instaladas essas novas estações. -----

----- Deixava um especial agradecimento por aquilo que já foi falado ali mais do que uma vez, o indicador da poupança no consumo de água pelos serviços da Junta de Freguesia, que face ao ano anterior, e até à data, já poupou 34 mil metros cúbicos de água e correspondendo, em apenas um ano, uma poupança de 60 mil euros.-----

----- Esta proposta decorreu da aprovação de uma recomendação apresentada pelo PSD em Assembleia de Freguesia e aprovada por unanimidade. -----

----- Era fácil apontar o dedo e criticar, sendo que haveria sempre alguém em desacordo. Se a relva estava verde significava que se gastou demasiada água, se a relva estava seca a Junta devia gastar mais água. Portanto, era de louvar a coragem política do Executivo na tomada de decisões e mesmo que essas decisões não fossem aceites por todos, o mais importante era que se traduzissem efetivamente numa melhoria para a Freguesia. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Manuel dos Santos. -----

----- **Membro Manuel dos Santos (IL)** disse que agradeciam a informação escrita do Presidente, tinham apenas algumas questões.-----

----- Não havia dúvida nenhuma que tanto o Arraial de Alvalade como o “*Alvalade em férias*” foram dois destaques do último trimestre em Alvalade. Sabia-se que no “*Alvalade em férias*” houve 600 inscrições, o número subiu em relação ao ano transato, gostaria apenas de saber qual foi o número total de candidatos e dentro desses 600, qual foi a percentagem de apoios distribuída. Seria interessante terem dividido por patamares, desde os que pagaram 100% do valor, até aos que receberam o apoio. No fundo, ter acesso à receita a partir da qual o programa foi alvo. -----

----- Numa segunda dinâmica, também o Arraial de Alvalade, a questão seria exatamente a mesma. Tendo em conta a afluência e os protagonistas que teve, perceber qual foi a receita e os custos que teve. -----

----- Num terceiro ponto, abordando os desenvolvimentos que tinham vindo a ser feitos no site da Junta de Freguesia de Alvalade, especialmente com destaque para a informação escrita, no parâmetro dos recursos humanos que a Junta dispunha, o imobiliário de Alvalade e também os protocolos que foram firmados. -----

----- Sabia que há relativamente pouco tempo foi aprovada uma nova infraestrutura digital para o site da Junta de Freguesia de Alvalade e gostavam de saber em que ponto se encontravam esses desenvolvimentos.-----

----- No que se referia à app “bairro digital”, aproveitava também o momento para congratular. Por parte da IL, acreditavam que era uma excelente iniciativa ter essa app no Bairro de Alvalade. Gostaria apenas de perguntar, para quando era espectável que estivesse disponível e se qualquer comerciante podia fazer o pedido para estar presente na app, se isso envolvia algum custo ou não, para qualquer tipo de comércio. -----

----- Sobre a revista de Alvalade, também estavam de acordo que, de facto, a despesa poderia ser diminuída. Era uma plataforma de comunicação por excelência, em todo o caso, podia ser estudado o formato de passar para jornal, o que iria diminuir os custos, ou até a gramagem da própria revista poderia ser benéfica, nesse sentido.-----

----- Se fosse possível aumentar o número de caracteres para as forças políticas com assento na Assembleia de Freguesia, para poderem abordar, pelo menos, um tema com maior profundidade na revista de Alvalade, também seria interessante estudar essa possibilidade. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Tesoureiro. -----

----- **O Senhor Tesoureiro do Executivo** disse que sem prejuízo de responder depois por escrito às questões colocadas, com maior grau de detalhe, podia avançar já com algumas respostas importantes, em termos de valores globais. -----

----- Frisava a importância da poupança na água e dos 60 mil euros. Para terem uma ideia da ordem de grandeza, 60 mil euros de poupança na água significavam, em termos do Orçamento global da Junta, uma percentagem que parecia pequena, de 1%, mas existiam algumas áreas dentro da Junta cujo orçamento era desse valor, ou nem chegava a esse valor. Era uma poupança muito importante e que se refletia numa canalização dessas verbas para investir noutras áreas. -----

----- Em relação à pergunta sobre os valores dos arraiais, em 2022 o investimento foi de 65.700 euros e em 2023 o valor foi de 121.300. Esse aumento do investimento foi notório a quem teve oportunidade de visitar o arraial, fosse nos artistas convidados, fosse na produção conseguida. Fazendo uma comparação com outras Freguesias, onde os seus arraiais também se destacavam, embora com um programa já com um nível muito similar, continuavam a ter um investimento financeiro bastante mais pequeno.-----

----- Sobre o “*Alvalade em férias*” deixaria para o Senhor Presidente depois falar. Tinham os números de 2021, 2022 e 2023. Tinham em 2023 o valor da receita que depois foi aplicada no mesmo programa, mas o Senhor Presidente faria esse detalhe.-----

----- Em relação à diferença do valor que pagavam aos profissionais em programas de desporto, como as oficinas desportivas, o 18+ ou o desporto escolar, fazia desde já uma correção em relação à pergunta feita. Pagavam cerca de 20 euros à hora nos programas das oficinas desportivas e 18+ e o valor de 10 euros à hora no desporto escolar. Esse era praticado nas escolas do primeiro ciclo e pagavam 10 euros, havia uma diferença em relação aos outros dois programas. -----

----- A explicação era que, desde logo, tinham vindo a trabalhar na atualização desses valores, e o orçamento do desporto ainda não permitiu atualizar esse valor no desporto escolar para os 20 euros a hora. Era o passo seguinte, faziam as coisas em termos financeiros com muita responsabilidade e com muita contabilidade, principalmente da

sua parte. Considerou-se que não era em 2023 ainda, que dariam o salto de equiparar o que pagavam aos profissionais nesse programa. -----

----- Deixou-se o programa em 2023 ainda com esses valores, porque era aquele que menos impactava em termos de crianças envolvidas. Em termos de modalidades, era menor do que nas oficinas desportivas, assim como também em termos de inscritos no programa 18+. -----

----- Outra precisão era sobre a gestão do campo de jogos da Estados Unidos da América. Passou já no atual mandato para a gestão da Junta de Freguesia de Alvalade e não era da gestão dos Coruchéus, como tinha interpretado a pergunta. Se interpretasse mal, pedia desculpa, mas pensava que era essa a pergunta. A gestão foi passada para a Junta depois de sentirem, nos primeiros tempos de contato com o clube, ainda antes da catástrofe que assolou o clube, achou-se por bem que fazia sentido alterar algumas coisas em relação ao acompanhamento que estavam a fazer do Centro Cultural e Recreativo dos Coruchéus. -----

----- Era a Junta de Freguesia que alugava o espaço e que cedia o espaço às equipas do Centro Cultural e Recreativo dos Coruchéus, que ainda existiam. Havia uma receita que vinha desse aluguer e, se bem se recordavam, foi aprovada a adenda ao contrato-programa com o Centro Cultural e Recreativo dos Coruchéus, para quem esse dinheiro revertia, sendo que se estava ainda a pagar o julho de 2022. Significava que, durante um ano e após sentirem algumas dificuldades de gestão por parte da direção anterior do clube, vinha-se a fazer a gestão desta forma, já com a atual direção do clube, que revelava um sentido de responsabilidade e de dirigismo diferente daquele que encontraram antes. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Vogal Tomás Gonçalves. -----

----- **Vogal do Executivo Tomás Gonçalves** disse que relativamente à mobilidade e às transversais da Avenida da Igreja, da reversão do estacionamento, isso já nem devia ser tema. A Junta deu o seu parecer concordante, em janeiro, à direção municipal de mobilidade, em junho voltaram a perguntar como estava o tema e, ainda nesse dia, tinha trocado mensagens com o diretor de departamento, que disse ter enviado para a EMEL e, dentro de um ou dois dias, o problema estaria resolvido. Só vendo acreditava, esperava bem que isto fosse resolvido e para si já nem devia ser um tema, aos anos que andavam a falar nisto. -----

----- Relativamente ao projeto que tinham de segurança rodoviária da Rua Dom Rodrigues da Cunha e da Avenida Santa Joana Princesa, o estudo prévio já estava feito pelo Município e estava-se a desenvolver o projeto de especialidade, que não tinha grande ciência e diria que, até ao final do mês, ainda iriam lançar o procedimento de consulta das empresas, para proceder à implementação deste projeto.-----

----- Em relação ao Mercado de Alvalade, tal como estava descrito na informação escrita e na sequência dos alertas, adquiriu-se um depósito de gelo para a colocação do gelo por parte dos comerciantes. Já não estava visível à população. O depósito descarregava diretamente dentro de um sumidouro e, portanto, pensava que os cheiros iriam ser evitados ou, pelo menos, mitigados. -----

----- Na parte de trás do mercado, na Rua José Duro, houve, em dois meses, graves problemas com os sem-abrigo. Não só criavam problemas de higiene gravíssimos, como até problemas de segurança. A Junta trabalhou, em conjunto e dentro das suas competências, com as técnicas da Santa Casa e com várias associações que tratam deste flagelo, com a Polícia Municipal e com a PSP. Aproveitava para agradecer à 18ª Esquadra, bem como à Polícia Municipal, que apoiou muito durante as últimas semanas, e aos funcionários da Junta que estavam no mercado.-----

----- Tentou-se resolver alguns dos problemas, de momento ainda se encontravam quatro ou cinco situações de sem-abrigo, os outros aceitaram ir para instituições. A Junta não tinha capacidade de resolver, ia tentando mitigar a situação. Agradecia à equipa da higiene urbana da Junta de Freguesia, que depois da retirada das pessoas, fazia toda a limpeza e higienização do local, mas sabia-se que à noite eles voltavam. ----

----- Era uma situação difícil, tratava-se de pessoas, muitas vezes com problemas psicológicos e que, por muito esforço que as entidades fizessem, era difícil de resolver.-----

----- Quanto ao mercado de Natal e a razão de terem alugado 22 casas, acontecia que a Junta de Freguesia tinha na sua propriedade casas de madeira, só que fazer o transporte das casas do Clube de Rugby de São Miguel, neste caso, do complexo desportivo de São João de Brito, para a Avenida da Igreja, e reparar muitas das casas que, com os vários transportes que já foram feitos, era mais custoso do ponto de vista financeiro para a Junta de Freguesia, versus alugar estas 22 casas. Foi uma decisão de gestão financeira e não havia mais nenhuma razão.-----

----- A aquisição das casas em propriedade da Junta foi um erro. Não valia a pena encontrar culpados, mas não fazia sentido e a decisão agora tomada foi numa lógica puramente financeira.-----

----- Sobre as estações Gira e o parecer negativo dado, não queria dizer que a EMEL não fosse instalar. As duas localizações eram na Avenida Professor Egas Moniz e na Dom Rodrigo da Cunha, aí iria tirar lugares de estacionamento e achou-se que não fazia sentido, propondo em alternativa, a Praça Francisco Franco ou outra que se pudesse encontrar e na Avenida Professor Egas Moniz, propôs-se no âmbito de um projeto que estava para ser posto em prática da rede ciclável entre a Avenida Lusíada e a Avenida dos Combatentes com a Cidade Universitária, que a estação Gira pudesse ser contemplada noutra local e não nesse, que a EMEL estava a prever.-----

----- Quanto à carreira de bairro e a sua requalificação, como sabiam de informações escritas anteriores, a Junta de Freguesia fez propostas de alteração. A proposta foi com base na opinião recolhida, auscultando muitos dos fregueses que participavam na carreira e as pessoas mais idosas que utilizavam maioritariamente essa carreira de bairro, mas quando tiveram uma reunião com a Carris e com a consultora que lhe estava a analisar todas as carreiras de bairro, a proposta que fizeram parecia mais racional. A Carris e essa consultora tinham acesso a todas as validações que eram feitas em cada ponto de entrada e saída na carreira de bairro, tinham informação do número de alunos com o passe navegante, quem utilizava mais e menos o transporte público e quais as escolas em que fazia sentido.-----

----- Era uma preocupação de todos, estender mais a carreira de bairro. A atual não era possível, teria de haver outra na Quinta dos Barros, principalmente para ligar às escolas e fazendo uma ligação maior, eventualmente, ao Lumiar ou a São Domingos de Benfica, aproveitando a loja do cidadão. A Junta deixou esse alerta várias vezes, achava que era necessário.-----

----- A requalificação da existente iria permitir que a carreira de bairro tivesse um pequeno desvio, que parasse no Campo Grande e fazendo o cruzamento com o 738, que ia à Quinta dos Barros. Já era uma forma de haver uma ligação, não seria a desejável, mas era um início e podia ajudar a mitigar esta solução.-----

----- A Carris propôs o atravessamento da Estados Unidos da América com a Rio de Janeiro, estavam a estudar com a mobilidade se seria possível permitir que só um autocarro fizesse esse desvio. Já tinha sido revertida essa situação por causa do tráfego existente na Avenida dos Estados Unidos da América, permitindo com isto passar na escola Almirante Gago Coutinho. Havia reclamações por não haver muito transporte público para aquela escola e seria uma forma de mitigar esta situação. -----

----- Sabia-se que o local onde havia mais procura era no centro de saúde, fazia todo o sentido e isso era para manter. -----

----- Disse que a carreira de bairro de Alvalade era a segunda pior da Cidade de Lisboa, tinha uma taxa de ocupação média de 7,4% e ao fim-de-semana era de 0,8%. Até à data não tinham dados concretos, ficariam com dados concretos. A Carris fez uma proposta com base nesses dados e pareceu bem, agora teriam de analisar, quando estivesse implementado, se estava ou não a funcionar. Pedia que levassem esse *feedback*, para depois ser transmitido à Carris. -----

----- Quanto aos bairros comerciais digitais, já tinha explicado o projeto numa Assembleia de Freguesia anterior. Ainda tinham até 20 de outubro para entregar todos os documentos, a burocracia, e só depois disso iriam analisar e fazer o caderno de encargos, que tinha de ser muito rigoroso. Eram matérias tecnológicas, em que os funcionários da Junta e o Executivo não estavam tanto à vontade, teriam de auscultar bem o mercado para que o caderno de encargos fosse de acordo com o aviso do PRR e com a informação que colocaram na candidatura, mas diria que até ao final do ano seria difícil implementar no terreno. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que o Arraial de Alvalade era uma parceria com uma associação da Freguesia, os custos eram repartidos e a Junta de Freguesia não podia obter receitas nesse sentido, não podia fazer negócio de barraquinhas. Fazia a título de oferta para a comunidade, como fazia a Câmara de Lisboa e as outras Freguesias, enquadrando-se nos arraiais de Santo António. Não cobrava receitas, não cobrava bilhetes, nem tinha essa vocação, nem essa competência legal. -----

----- Podiam ver depois com maior detalhe e até comparar com as outras Freguesias. Havia coisas que não ia dizer em público, até porque existia uma salvaguarda dos direitos dos artistas que intervieram, mas eram valores surpreendentes que se conseguiram de alguns artistas muito conhecidos, em termos de custos e cachets aplicados, mas que se pedia reserva. Seria transmitido aos Membros da Assembleia de Freguesia, se assim o quisessem, porque tinham direito a ter essa informação, mas não tinham o direito de a divulgar, porque era uma atividade que os artistas faziam e tinha quase a certeza de que os valores aplicados a Alvalade não foram aplicados a outros. ---

----- Sobre o “*Alvalade em férias*” também podiam saber com maior detalhe todos os custos. Sabia pelos serviços, que a taxa máxima seria para uma ou duas pessoas no máximo, os 160 euros, porque eram os únicos que não quiseram apresentar, alguns até por razões pessoais, os escalões das escolas que apresentavam para o abono de família. O resto foi tudo, no máximo, 100 euros e daí para baixo, mas essas contas podiam ser detalhadas. -----

----- Quanto ao orçamento global, ficou em cerca de 160 mil euros e a receita obtida através do pagamento de inscrições, atingiu 40 mil euros, um quarto das despesas, o que permitiu quase duplicar o número de pessoal especializado e sem aumentar o custo de dinheiros públicos. Houve 932 pedidos de inscrição e só conseguiram responder a 600, por isso queriam aumentar gradualmente todos os anos, sem aumentar os custos da despesa pública, veriam como iam conseguir fazer isso. -----

----- Recordou que a revista de Alvalade era mensal, era uma estratégia legítima e lógica, cada um fazia as suas opções. Preferiram fazer três revistas por ano, em que fosse um instrumento que não tivesse a ver só com os titulares dos cargos públicos ou políticos. Como se podia ver, abordava a sociedade, a comunidade, os intervenientes, os artistas, os intelectuais, as associações, os comerciantes. -----

----- Tirando uma entrevista para conhecer a estratégia de cada um dos pelouros, só uma por revista, não era uma revista de propaganda da Junta de Freguesia. -----

----- Quanto à MUSSOC, foi rescindido o contrato, mas estava um contrato em vigor e só estavam a beneficiar da atividade da MUSSOC cerca de seis pessoas. Por isso, foi revogado, mas como estava um contrato em vigor, o valor não estava ainda concluído. Os serviços jurídicos e os serviços de finanças da Junta estavam a acertar com a associação para que demonstrassem onde aplicaram o dinheiro, e era com base nessa prova bastante e suficiente que seria feito o acerto de contas.-----

----- Todas as respostas mais detalhadas seriam transmitidas por escrito. -----

----- Houve reuniões com os sindicatos, como em todas as outras Juntas do Município de Lisboa, a pretensão dos sindicatos seria atendível. O problema era que uma Junta de Freguesia não podia cometer ilegalidades, e tendo todos os pareceres, desde a CCDDR, a ANAFRE, etc., mas ainda não satisfeitos, pediu-se a juristas, que indicaram que não, perguntou-se a todos os Presidentes de Junta, e todos tinham o mesmo problema. -----

----- Com a ajuda de um jurista especializado nesta matéria, fez-se até uma sugestão aos sindicatos, que uma das formas de resolver, de uma vez por todas, este problema, era a interposição de uma ação administrativa para o exercício de um direito. Se o tribunal viesse a considerar que era um direito dos trabalhadores, obrigava a todos. Essa parecia ser a solução mais óbvia e mais adequada à aplicação desse direito.-----

----- Enquanto a Junta de Freguesia tivesse pareceres que eram negativos e que cometiam responsabilidade a quem decidia, não o podia fazer. Mesmo assim, ainda havia um jurista com experiência de autarquias que lhe disse, numa conversa informal, que podia encontrar uma solução nuns acórdãos. Iria falar com ele, porque na verdade procuravam que o exercício de direitos fosse assegurado. Não concebia uma sociedade, no século XXI, em que alguém se arrogasse no direito de impedir o exercício de direitos, mas se não fossem legais e não tivessem competência, não o podiam fazer.-----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Sérgio Oliveira. -----

----- **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** disse que uma pergunta não foi respondida e que tinha a ver com o programa-piloto da digitalização dos materiais escolares, saber a posição da Junta. Era uma coisa que estava a começar. -----

----- Estava-lhe a parecer que a Junta deu um parecer desfavorável a uma estação Gira junto do Hospital de Santa Maria, ou nessa zona. Era uma zona que tinha muita concentração de pessoas, onde convergia muita gente e poderia aliviar, nomeadamente, o transporte individual.-----

----- Sobre os 10 euros por hora para o ensino básico, era o valor que havia anteriormente, entretanto a inflação foi bastante alta. Na última Assembleia falou-se de atualizações versus aumentos e esse valor, com a inflação que havia, já era escandalosamente baixo.-----

----- Havia Juntas que pagavam o suplemento, nomeadamente as Avenidas Novas. A Câmara pagava esse suplemento, foi garantido aos trabalhadores que não seriam prejudicados com a mudança da Câmara para as Juntas e não era isso que estava a acontecer.-----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que tinha falado com a jurista e o Vogal responsável das Avenidas Novas e em relação a esse subsídio de risco de penosidade, não era verdade. O que eles pagavam, porque tinham períodos nocturnos, era outra coisa, e podia provar isso. Se o Membro da Assembleia de Freguesia quisesse, transmitia-lhe a informação fidedigna da Junta de Freguesia das Avenidas Novas. -----

----- Os sindicatos também tinham dito isso, mas perguntara à Junta de Benfica, à Junta de Carnide, à Junta de Avenidas Novas, à Junta da Estrela, a todas, disseram que a Câmara pagava, mas o que perguntava era, como conseguiram. Queria também saber como se pagava, porque se fosse esse o direito, achava inaceitável que alguém com responsabilidades políticas derrogasse o exercício de um direito. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia, constatando não haver mais inscrições, considerou este ponto encerrado.

----- **Ponto 3 – Apreciação, discussão e votação da proposta nº 178/2023, relativa à aprovação do Regulamento da Universidade Sénior Briosos de Alvalade;** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta. -

----- **O Senhor Presidente da Junta** começou por dizer que ia fazer algumas alterações, porque aprendiam todos os dias, com humildade, que não era nenhum mérito, era um modo de estar. Já tiveram reuniões e grandes discussões e, por exemplo, a designação de reitor, que na altura se pensou que seria sempre um académico, alguém respeitado, com carreira académica, que podia representar a universidade, para lhe dar maior credibilidade, essas mesmas pessoas achavam um exagero e não queriam ser reitores. Tinha uma carga académica que, se calhar, era exagerada, reconheciam isso com humildade e, portanto, onde se lia reitor, seria presidente, como estava na generalidade das universidades seniores existentes no Município de Lisboa. -----

----- Depois, acrescentava-se um dos conceitos mais recentes dos especialistas em matéria de políticas de envelhecimento ativo: “*que a universidade deva ser considerada uma instituição interidades*”. Já passou o conceito intergeracional, porque um dos objetivos era promover essa interação entre os mais jovens e os mais velhos e não criar caixas e divisórias, isolamentos, que não era isso que se pretendia. -----

----- Quanto ao mais, foi ajudada a construir com várias pessoas experientes, que realizaram essas universidades há mais de 50 anos, desde que elas foram práticas nos países ocidentais, com influência anglo-saxónica, no início e, depois, com os franceses.

----- Procurou-se manter um elo com o passado, não rejeitavam o que estava para trás. O Espaço Briosos de Alvalade, para que o enquadrassem na rede de RUTIS e que tivesse uma designação que era aceite na Europa inteira e reconhecida pela UNESCO. Infelizmente, nalguns documentos dessas instituições ainda chamavam universidade da terceira idade, coisa que já não era muito correta. Adaptando esses conceitos, procurou-se enquadrar, porque entendiam que Alvalade não era menor que as outras Freguesias e as outras comunidades, tinha também o direito de estar enquadrado num sistema que funcionasse na Europa e em alguns países do resto do mundo, resultando de teses definidas por especialistas na matéria de envelhecimento ativo. -----

----- Também se evitou qualquer burocracia, porque sabiam que os destinatários mais diretos eram pessoas com mais idade e já estavam sobrecarregadas com tantos problemas, não precisavam de mais um. Quem estivesse já no Espaço Briosos de Alvalade e não manifestasse expressamente que não queria pertencer à universidade sénior, estava inscrito automaticamente. -----

----- Deviam ser o mais abrangentes possível. As pessoas que viviam em outras regiões da Freguesia mais distantes, tinham também o direito, e pessoas de maior idade tinham sempre mais problemas de deslocação, mobilidade, podia haver algumas dificuldades e assumia-se o compromisso de um segundo pólo, numa instalação do Bairro Fonsecas e Calçada, precisamente para permitir que as pessoas daquele bairro pudessem, sem grandes dificuldades, ter inclusão e participação na universidade sénior. -----

----- Aproveitava para responder ao Movimento Mudar Alvalade, também nesse contexto de aproveitamento do local. Estava a ser utilizado pela MUSSOC e a Junta de Freguesia, em cooperação com o voluntariado que existia e que estava disponível da

universidade sénior, ia assegurar e garantir o acompanhamento ao estudo que era feito pela MUSSOC, sem custos. Essas pessoas envolviam-se na universidade sénior num sistema de voluntariado. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro José Ferreira. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que, que se bem entendera, o Senhor Presidente da Junta disse que ia alterar coisas no regulamento, mas iriam votar o regulamento que foi distribuído. Se houvesse um lapso de português ou uma coisa assim, isso era compreensível e resolvia-se, mas havia uma alteração na forma e compreendia que a Junta quisesse mudar o regulamento, fazia a alteração do regulamento e ali estariam para votar. -----

----- Não ia fazer um julgamento em concreto sobre se era melhor de uma forma ou de outra e até podia concordar com o que o Senhor Presidente da Junta referiu, mas o regulamento foi distribuído com esta redação, não era outra. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que, segundo entendia, o Senhor Presidente da Junta estava a fazer uma proposta de alteração ao artigo 2º, alínea h), trocar a palavra “*intergeracionalidade*” por “*interidades*”, e nos artigos 6º e 7º, trocar “*reitor*” por “*presidente*”. Eram essas alterações menores de linguagem e assim iria pôr à discussão e votação. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que o problema era a designação de reitor para presidente, que era a prática comum. Era só essa alteração de fundo. -----

----- Depois, acrescentar um conceito de interidades e substituindo a intergeracionalidade, que parecia atualmente o mais correto, segundo o que os especialistas informaram, recentemente. -----

----- O serviço prestado à comunidade devia começar no dia 1, que por acaso não podia, por ser domingo, mas no dia 2 de outubro. Se esse pequeno pormenor atrasava a prestação de um serviço à comunidade, os Membros da Assembleia de Freguesia eram competentes para o decidir, mas, como na Assembleia da República e muitas vezes na Assembleia Municipal se alteravam propostas com esse pormenor, se a Assembleia soberana aceitasse, era esse o documento que valia e que entrava em vigor. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro José Ferreira. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que essa alteração tinha que ir a reunião de Junta. A Junta de Freguesia entendia que o regulamento que acabou de apresentar afinal precisava de alterações, o que tinha de se fazer era aprovar a redação como estava, o Senhor Presidente levava uma proposta à reunião de Junta e depois apresentava essa alteração a ratificar pela Assembleia de Freguesia. -----

----- Estava-se a tentar colocar uma proposta que não foi aprovada em reunião de Junta e não era aquela que foi distribuída. Achava que isso não ia acontecer, mas se havia um regulamento alguém poderia impugnar. A segurança jurídica do regulamento não estaria assegurada se fizessem isso. -----

----- A metodologia era muito assim, aprovavam o que foi distribuído, a Junta entendia que devia ser diferente e era legítimo, nem ia discutir o conteúdo, concordava com o que o senhor Presidente da Junta referiu e nem ia discutir isso, não era esse o problema, mas o Senhor Presidente da Junta levava à reunião de Junta a proposta de alteração e pedia depois para ratificar. Votariam a favor, podia ficar descansado, mas a proposta era a que foi distribuída e se quisessem alterações tinham de fazer o processo de alteração. -

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que essa tese doutrinária, a vingar, impedia qualquer parlamento de alterar propostas do Executivo. -----

----- Estavam numa Assembleia de Freguesia, que era o órgão deliberativo, um parlamento com algumas semelhanças à Assembleia da República, mas o que interessava aí era que a comunidade de Alvalade não fosse prejudicada por essa formalidade, podiam votar e já estava assumido pelo Executivo que iria alterar nesses termos. -----

----- Foi ali explicado publicamente que era mais atual, não era preciso nenhum curso de direito para isso, mas se os senhores entendiam que essa formalidade era impeditiva de aprovar, ficaria então como “reitor”. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 178/2023, relativa à aprovação do Regulamento da Universidade Sénior Briosos de Alvalade**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 15 votos a favor (PSD, CDS-PP, PS, CDU, IL e Chega) e 1 abstenção (MMA) -----

----- **Ponto 4 – Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 176/2023, relativa à revisão da minuta do contrato de consórcio externo a celebrar com a UACS e com a EMEL, no âmbito do Projeto Bairro Comercial Digital de Alvalade;** -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Vogal Tomás Gonçalves. -----

----- **Vogal do Executivo Tomás Gonçalves** disse que, como sabiam, já tivera oportunidade de apresentar, no passado, o bairro comercial digital. Era um projeto no âmbito do PRR e analisado pelo IAPMEI, pela Direção Geral das Atividades Económicas e pelo AICEP, que também fazia parte dos membros do júri. -----

----- Na sequência de um evento público no dia 6, no Porto, um evento bem organizado pelo Banco de Portugal e com a presença do Senhor Ministro da Economia, o Secretário de Estado do Comércio e Serviços e, no caso, também do Turismo, tiveram oportunidade de apresentar um projeto do bairro comercial digital, com um vídeo apresentado nesse mesmo dia e que tiveram oportunidade de distribuir, em que o Bairro de Alvalade aparecia com uma grande visibilidade, foi um dos bairros que a equipa do IAPMEI e da Direção-Geral das Atividades Económicas escolheu para fazer essas filmagens. -----

----- O que estava agora em causa era a aprovação da minuta, que já foi aprovada anteriormente. As únicas alterações eram os considerandos, porque, entretanto, avançou-se na fase de manifestação de interesse, candidatura e aprovação da candidatura e nos valores de investimento apenas da EMEL, que foram reduzidos, porque o júri entendeu que a proposta da EMEL estava sobrevalorizada e que, de acordo com os valores de mercado, esses valores deviam ser mais baixos. Para abranger mais bairros comerciais digitais, decidiu reduzir o valor. -----

----- A verba da Junta de Freguesia não se alterou e a minuta, no limite, nem precisava de vir à Assembleia de Freguesia, porque já tinha sido aprovada, mas numa ótica de transparência e também de boa relação com os parceiros, gostaria de ter a minuta fechada, com os valores corretos, aprovados pelo júri deste aviso, pelo que colocava a votação a proposta de minuta, que já tinha sido aprovada pela Assembleia. -----

----- Tivera oportunidade de partilhar com os Membros da Assembleia de Freguesia a candidatura final que foi proposta, bem como a avaliação que o júri do IAPMEI, Direção-Geral de Atividades Económicas, AICEP e outras entidades do governo português, fizeram em relação a este bairro comercial digital. -----

----- Na Área Metropolitana de Lisboa houve 22 candidaturas, passaram 6 à fase final e a Junta de Freguesia ficou em terceiro, a primeira da Cidade de Lisboa, atrás do Município de Vila Franca e do Município de Cascais. Parecia-lhe uma boa classificação e dava os parabéns. -----

----- Era um trabalho conjunto de várias pessoas, não só os parceiros, a UACS e a EMEL, que se empenharam bastante neste projeto, mas especialmente às equipas e aos serviços da Junta de Freguesia, que tiveram um trabalho bastante grande em todas as fases deste aviso, deixava o seu agradecimento público, porque sem eles, este projeto não era possível.-----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Aquino de Noronha. -----

----- **Membro Aquino de Noronha (CDU)** disse que quando foi feita essa apresentação a CDU absteve-se e iria manter a sua votação. -----

----- Este projeto era restrito às zonas mais comerciais da Freguesia de Alvalade, esquecendo todas as outras. No mapa que foi apresentado, nem sequer aparecia toda a Freguesia, mostrava uma Bela Vista, que nem sequer era de Alvalade e não existia a Quinta dos Barros, nem sequer o Campo Grande. Ficava-se com a sensação de que, para a Junta, havia uma Freguesia de primeira e uma Freguesia de segunda.-----

----- Também tinham dúvidas sobre que tipo de apoio à formação seria dada aos comerciantes que não tinham competências digitais, que não deviam, nem podiam ficar para trás. Esse tipo de desequilíbrios tendia a criar um fosso entre o verdadeiro comércio de bairro, que estava com dificuldades e as cadeias de franchising, que na verdade, tinham estado a ocupar o espaço dos pequenos comerciantes da Freguesia.-----

----- As reservas da CDU mantinham-se e iriam manter o sentido de voto.-----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro José Vaz. -----

----- **Membro José Vaz (Chega)** disse que queria dar os parabéns ao Executivo e aos envolvidos, porque fizeram um trabalho de qualidade. A documentação estava muito boa e era de destacar ter sido a Freguesia de Lisboa que ficou mais bem pontuada, sendo a terceira melhor do Distrito de Lisboa. Queria dar os parabéns quando mereciam.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 176/2023, relativa à revisão da minuta do contrato de consórcio externo a celebrar com a UACS e com a EMEL, no âmbito do Projeto Bairro Comercial Digital de Alvalade**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 14 votos a favor (PSD, CDS-PP, PS, IL, MMA e Chega) e 2 abstenções (CDU) -----

----- **Ponto 5 - Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 154/2023, relativa à aprovação do Regulamento da Unidade Local de Proteção Civil da Freguesia de Alvalade;**-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta. -

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que esta proposta resultava de um modelo já fixado na Lei. O plano local da Freguesia de Alvalade, a ser desenvolvido, teria de ser aprovado pela comissão municipal de proteção civil. Isso decorria da Lei, das reuniões que resultaram dos serviços da Junta e, em especial, do Vogal que não podia estar presente, o Helder Santos, com os serviços de proteção civil da Câmara de Lisboa, no decurso da aplicação da Lei 65/2007. Todas as Juntas de Freguesia celebraram estes regulamentos para criar unidades locais de proteção civil. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 154/2023, relativa à aprovação do Regulamento**

da **Unidade Local de Proteção Civil da Freguesia de Alvalade**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 6 - Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 139/2023, relativa à ratificação da decisão do “Protocolo” com Magensinus, Empresa Promotora de Serviços de Ensino S.A – Escola Profissional Magestil;** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta. -

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que esta não era uma iniciativa da Junta de Freguesia. Estes protocolos tinham a ver com uma candidatura no âmbito do PRR, em que algumas instituições de formação profissional e de ensino tinham um prazo limitado para apresentarem projetos. Receberam a proposta da Magensinus, os serviços jurídicos não viram qualquer motivo para não aceitar a proposta, a redação e tudo o mais, era do promotor e não queriam impedir que se pudessem candidatar ao PRR, porque era um benefício para a comunidade. -----

----- Posteriormente, a própria instituição sugeria alterações, porque a redação nalguns casos foi, se calhar, um pouco apressada e as pressas nunca davam bom resultado. Necessitava de algumas alterações de redação, que estavam claras na proposta, alterações a alguns artigos propostos no contrato a celebrar. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 139/2023, relativa à ratificação da decisão do “Protocolo” com Magensinus, Empresa Promotora de Serviços de Ensino S.A – Escola Profissional Magestil**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 13 votos a favor (PSD, PS, CDS-PP, IL e Chega) e 3 abstenções (CDU e MMA)---

----- O Senhor Presidente da Assembleia constatou ter-se esgotado a Ordem de Trabalhos, pelo que submeteu à votação a **Ata em minuta referente às deliberações tomadas na presente reunião**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Deu por encerrada a reunião. Eram vinte e quatro horas. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1º.SECRETÁRIO _____ 2º.SECRETÁRIO _____ -

-----O PRESIDENTE-----